



RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE 2023

Ficha Técnica

Título: Relatório de Atividade 2023

Coordenação

Conselho de Administração
Direção Administrativa e Financeira

Colaboração

Direção de Regulamentação, Formação e Acreditação
Direção de Supervisão, Auditoria e Estudo
Direção Administrativa e Financeira
Gabinete de Comunicação e Imagem
Gabinete do Sistema de Gestão da Qualidade

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas

Endereço: Rua Neves Ferreira, nº 05 – Cruzeiro (Zona do Ténis) – Plateau, Praia – Ilha de Santiago, Caixa Postal 787, Cabo Verde

Telefone: (+238) 2600407

E-mail: info@arap.gov.cv

Site: www.arap.cv

Nossas redes sociais



ÍNDICE DE TABELA	I
ÍNDICE DE GRÁFICO	II
ÍNDICE DE FIGURAS	III
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	IV
1. Nota Introdutória	1
2. Breve Caracterização da instituição	3
2.1. Missão e Atribuição	4
2.2. Organograma	4
3. Enquadramento Estratégico 2022-2026	5
4. Destaques	9
5. Atividades Desenvolvidas por Temas Estratégicos	12
5.1. Eficácia do Sistema	13
5.1.1. Consolidar a base de dados de Auditoria de 2015 a 2023	13
5.1.2. Consolidar o estudo sobre duração do tempo médio nos Concursos Públicos	13
5.1.3. Efetuar o Follow-Up das Recomendações das Auditorias de 2021	14
5.1.4. Definição dos Modelos das Parcerias	16
5.1.5. Elaborar Relatório de Regulação	17
5.1.6. Elaboração do Relatório Analítico da CRC	17
5.2. Ação Regulatória	22
5.2.1. Desenvolvimento de Planos de Formação aos ISNCP	22
5.2.2. Realização de Formação para os Operadores Económicos – CPCP	22
5.2.3. Realização de Formação para Entidades Adjudicantes – CICP	23
5.2.4. Realização de Ações de Formação Presenciais para os Municípios	28
5.2.5. Acreditação de UGA's e Qualificação dos Integrantes	32
5.2.6. Elaborar Súmulas sobre as Deliberações da CRC	33
5.3.7. Emitir Pareceres Técnicos sobre Interpretação das Normas de Contratação Pública	34
5.2.8. Emitir Pareceres Técnicos Durante a Feitura de Diplomas Legais no Âmbito de Competência Consultiva	36
5.2.9. Prestar Esclarecimentos Técnicos sobre a Legislação, no Âmbito de Competência Regulamentar	36
5.2.10. Elaborar a Lista de Não Elegíveis	36
5.2.11. Elaborar Proposta de Revisão do Estatuto da CRC	36
5.2.12. Elaborar Manual de Formação para Capacitação dos Júris	36
5.2.13. Instauração de Processos de Contraordenação	36
5.2.14. Notificação Advertência	37
5.2.15. Promover Eventos Diversos sobre a Contratação Pública	37
5.2.16. Efetuar Publicações no Âmbito da Competência de Informação e Publicidade da ARAP	38
5.2.17. Criar Identidade Visual para Publicações Diversas e Assegurar a Captação de Registo Audiovisuais	38



5.2.18. Reforçar a Imagem e Identidade Institucional _____	39
5.2.19. Sensibilizar e Partilhar Informação e Conhecimentos com os ISNCP e Parceiros _____	39
5.2.20. Divulgar e Atualizar Conteúdos no Site e Redes Sociais _____	39
5.2.21. Elaborar e Rever Normas e Instrumentos de Comunicação _____	40
5.2.22. Elaborar o manual de auditoria aos procedimentos da contratação pública _____	40
5.2.23. Realizar Auditorias às Empresas Públicas _____	43
5.2.24. Realizar Auditorias aos Ministérios _____	43
5.2.25. Realizar Auditorias as Câmaras Municipais _____	44
5.2.26. Realizar Auditoria a Órgãos de Soberania _____	45
5.2.27. Realizar Auditorias aos Institutos Públicos _____	45
5.2.28. Realizar Supervisão aos Institutos Públicos _____	47
5.2.29. Realizar Supervisão aos Ministérios _____	48
5.2.30. Realizar supervisão às empresas públicas _____	49
5.2.31. Realizar Supervisão às Agências Reguladoras _____	50
5.2.32. Realizar Supervisão às Câmaras Municipais _____	50
5.2.33. Realizar o Estudo sobre a Legalidade nos Procedimentos de Empreitadas de Obras Públicas no Período de 2019 a 2022 _____	51
5.2.34. Desenvolver uma Metodologia Ativa de Recolha de Informação sobre a Contratação Pública (Sistema de Informação) _____	52
5.3.1. Implementar uma Ferramenta para Controlo e Seguimento de Conta Gerência e Balancetes _____	56
5.3.2. Elaborar o Relatório de Atividades 2022 _____	56
5.3.3. Contratação de Serviços de Consultoria para Revisão do CCP & RJCA e os seus Respetivos Documentos Standardizados _____	57
5.3.4. Efetuar o Levantamento de Necessidades de RH para o Ciclo Estratégico _____	57
5.3.5. Recrutar Novos Colaboradores para Ingresso na ARAP _____	58
5.3.6. Elaborar e Efetuar o Seguimento e Monitorização do Plano de Atividades 2023 _____	59
5.3.7. Identificar e Definir os Requisitos do Sistema de Informação de Suporte à Atividade da ARAP _____	59
5.3.8. Desenvolver uma Metodologia de Planeamento, Controlo e Avaliação do Plano de Atividades e Plano Estratégico _____	60
5.3.9. Automatizar o Sistema de Avaliação de Desempenho dos Colaboradores _____	60
5.3.10. Realizar o 2º Inquérito do Clima Organizacional _____	60
5.3.11. Conceber e desenvolver uma metodologia de gestão de projetos _____	60
5.3.12. Garantir a Continuidade da Certificação da ARAP (Auditoria Interna / 2ª Auditoria Externa do Acompanhamento) _____	61
5.3.14. Desenvolvimento de uma Metodologia de Gestão de Parcerias _____	61
6. Recursos Humanos _____	62
7. Recursos Financeiros _____	65
8. Considerações Finais _____	67




Tabela 1 – Iniciativas por cada um dos temas estratégicos _____	7
Tabela 2 - Acontecimentos mais relevantes em 2023 _____	10
Tabela 3 - Duração média dos procedimentos de contratação pública _____	14
Tabela 4 - Resultados obtidos no follow-up _____	15
Tabela 5 – Entidades que responderam ao follow-up _____	16
Tabela 6 - Instituições Abrangidas _____	23
Tabela 7 - Agrupamento de entidades por Natureza _____	24
Tabela 8 - Instituições abrangidas _____	26
Tabela 9 - Instituições abrangidas por natureza _____	27
Tabela 10 - Instituições Abrangidas por Município _____	29
Tabela 11 - Instituições Abrangidas por Município _____	30
Tabela 12 - Resultado da avaliação e da participação por município _____	31
Tabela 13 - Distribuição de Qualificação por entidades adjudicantes _____	32
Tabela 14 - Entidades selecionados para a Auditoria _____	41
Tabela 15 - Procedimentos identificados e auditados nas entidades adjudicantes _____	42
Tabela 16 - Entidades selecionados para supervisão _____	46
Tabela 17 - Contratos registados e pagos DUC em 2023 _____	53
Tabela 18 - Contratos registados e pagos DUC em 2023 por tipos de procedimento _____	53
Tabela 19 - Natureza do adjudicatário nos contratos registados e pagos DUC em 2023 _____	53
Tabela 20 - Publicações conformes com o CCP _____	54
Tabela 21 - Publicações desconformidade com o CCP _____	55
Tabela 22 - Necessidades de Recursos Humanos _____ Erro! Marcador não definido.	
Tabela 23 - Resumo das operações financeiras quer do ponto de vista orçamental - Receitas _____	66
Tabela 24 - Resumo das operações financeiras quer do ponto de vista orçamental - Despesas _____	66




Gráfico 1 - Taxa de cumprimento das competências _____	17
Gráfico 2 - Sentido da decisão _____	18
Gráfico 3 - Objeto de recurso _____	19
Gráfico 4 - Tipo procedimento _____	20
Gráfico 5 - Tipo contrato _____	21
Gráfico 6 - Evolução quantitativa dos Recursos _____	21
Gráfico 7 - Tramitação dos Recursos na CRC _____	22
Gráfico 8 - Distribuição de beneficiários por Entidade e por inscritos _____	25
Gráfico 9 - Performance geral e Avaliação da Formação e-learning _____	25
Gráfico 10 - Avaliação da satisfação feita pelos formandos _____	26
Gráfico 11 - Inscritos por natureza das entidades _____	27
Gráfico 12 - Performance geral e avaliação final _____	28
Gráfico 13 - Avaliação da satisfação pelos formandos _____	28
Gráfico 14 - Distribuição dos formandos por município _____	29
Gráfico 15 - Distribuição dos formandos por município _____	30
Gráfico 16 - Avaliação da satisfação pelos formandos CICP _____	31
Gráfico 17 - Avaliação da Satisfação pelos formandos CPCP _____	32
Gráfico 18 - Integrantes Qualificado _____	33
Gráfico 19 - Súmulas das Deliberações da CRC _____	33
Gráfico 20 - Solicitações/Trimestre _____	34
Gráfico 21 - Solicitações/Natureza das Entidades _____	34
Gráfico 22 - Assuntos mais frequentes objeto de solicitação de pareceres/esclarecimentos _____	35
Gráfico 23 - Meios mais utilizados para a solicitação de pareceres/esclarecimentos _____	35
Gráfico 24 - Documentos em www.arap.cv _____	38
Gráfico 25 - Cumprimento de missão da ARAP _____	39
Gráfico 26 - Partilha de informações _____	40
Gráfico 27 - Taxa de conformidade da auditoria feita às Empresas Públicas _____	43
Gráfico 28 - Taxa de conformidade da auditoria feita aos Ministérios _____	44
Gráfico 29 - Taxa de conformidade da auditoria feita às Câmaras Municipais _____	44
Gráfico 30 - Taxa de conformidade da auditoria feita aos Órgãos de Soberania _____	45
Gráfico 31 - Taxa de conformidade da auditoria feita às Empresas Públicas _____	45
Gráfico 32 - Taxa de conformidade da supervisão feita aos Institutos Públicos _____	48
Gráfico 33 - Taxa de conformidade da supervisão feita aos Ministérios _____	48
Gráfico 34 - Taxa de conformidade da supervisão feita às Empresas Públicas _____	49
Gráfico 35 - Taxa de conformidade da supervisão feita às Agências Reguladoras _____	50
Gráfico 36 - Taxa de conformidade da supervisão feita às Câmaras Municipais _____	51
Gráfico 37 - Meios utilizados _____	54
Gráfico 38 - Avaliação da satisfação do plano de acolhimento _____	58
Gráfico 39 - Recrutamento de novos colaboradores _____	58
Gráfico 40 - Contratação do pessoal e Satisfação com o acolhimento _____	59
Gráfico 41 - Resultado da Certificação da ARAP _____	61
Gráfico 42 - Infografia dos Recursos Humanos da ARAP _____	63
Gráfico 43 - Execução do Plano de Atividade _____	68



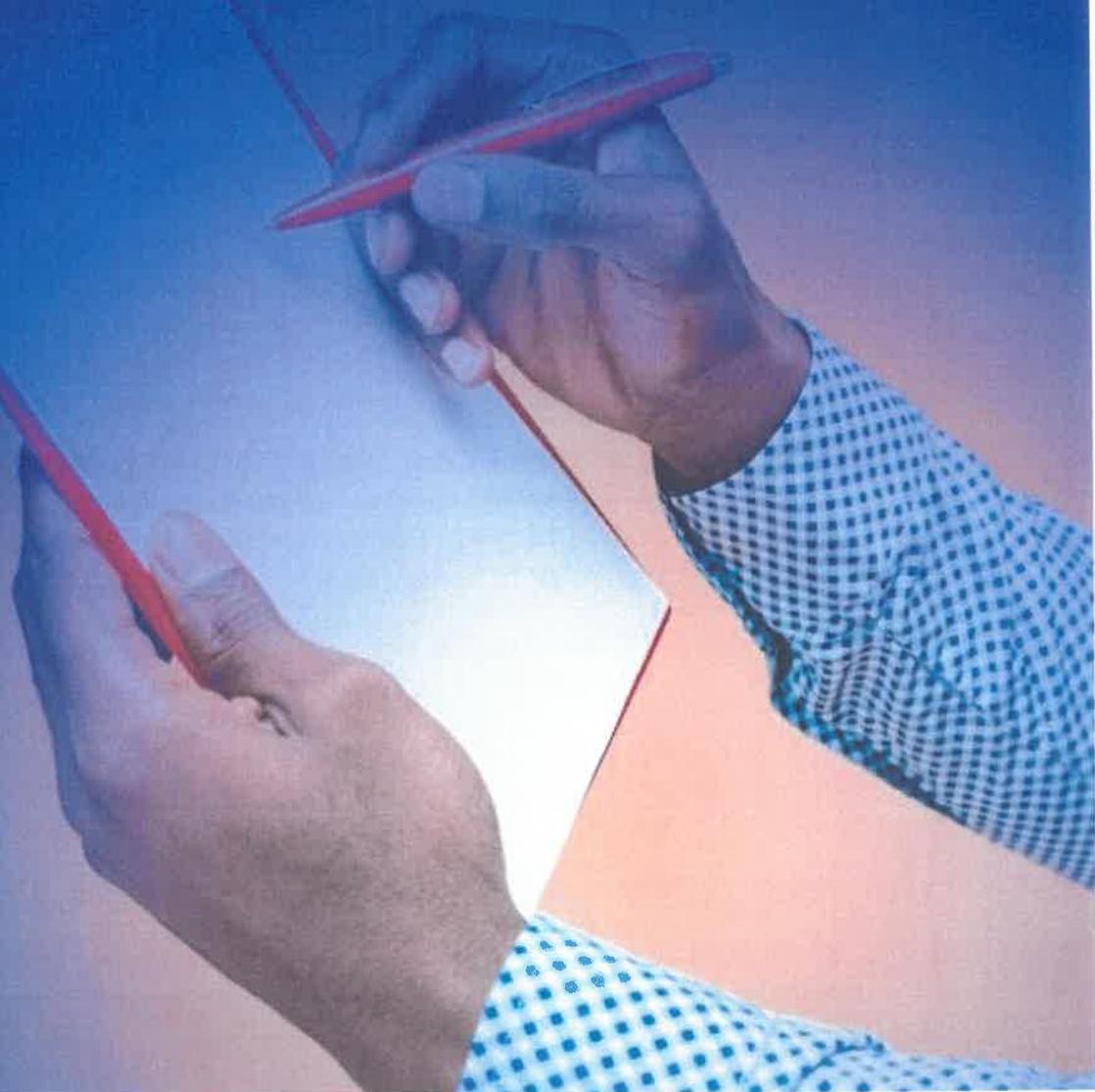


Figura 1 – Organograma ARAP _____	4
Figura 2 - Sistema de Informação _____	52
Figura 3 - Infografia da formação e da capacitação aos colaboradores da ARAP _____	64



ARAP	Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas
CA	Conselho de Administração
CCP	Código da Contratação Pública
CICP	Curso Introdução à Contratação Pública
CRC	Comissão de Resolução de Conflitos
DAF	Direção Administrativa e Financeira
DRFA	Direção de Regulamentação, Formação e Acreditação
DSAE	Direção de Supervisão, Auditoria e Estudo
GCI	Gabinete de Comunicação e Imagem
ICV	Infraestrutura de Cabo Verde
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
ME	Ministério Educação
MF	Ministério das Finanças
MFIS	Ministério da Família e da Inclusão Social
MIOTH	Ministério de Infraestrutura, Ordenamento do Território e Habitação
MS	Ministério da Saúde e da Segurança Social
RJCA	Regime Jurídico dos Contratos Administrativos
SNCP	Sistema Nacional da Contratação Pública
UGA	Unidade de Gestão das Aquisições

1. Nota Introdutória



O Conselho de Administração da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP), no cumprimento do preceituado no n.º1 do Art.º 49º do Decreto-Lei n.º 55/2015, de 09 de outubro e do n.º 2 da Resolução n.º1/2003, de 03 de fevereiro, normas estatutárias e outras disposições legais em vigor, elabora e submete para apreciação das entidades competentes o relatório das **atividades realizadas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023**.

O presente relatório de atividade pretende evidenciar os resultados qualitativos e quantitativos conseguidos face aos objetivos traçados no plano de atividade.

O ano de 2023, foi marcado pelas grandes realizações a nível das atividades previstas no plano. Por um lado, a ARAP reforçou a sua equipa técnica com a contratação de mais três técnicos superiores, por outro lado, estabeleceram algumas parcerias a nível do apoio orçamental que permitiram a execução de atividades importantes e de reforço organizacional.

No quadro do Plano Estratégico da ARAP desenhado para o período de 2022 a 2026, foram identificadas três perspetivas para o desenvolvimento da instituição, conforme abaixo indicadas:

- **Reforço Organizacional** - Refere-se aos reajustamentos internos necessários para responder à reorientação estratégica aprovada pelo Conselho de Administração, e inclui a clarificação de papéis com outras entidades afetas ao Sistema Nacional de Contratação Pública e o reforço da capacidade internas;
- **Ação Regulatória** - Refere-se ao conjunto de atividades necessárias para a intensificação da ação regulatória, incluindo o reforço de capacidades internas, uma estratégia comunicacional ativa e a entrada em funcionamento de uma estrutura dedicada aos processos de contraordenação;
- **Eficácia do Sistema** - Refere-se à liderança e dinamização da construção de um sistema nacional de monitorização e avaliação das compras públicas, referentes a obras públicas, bens e serviços, em parceria com entidades públicas que realizam procedimentos concursais ou intervêm no controlo externo.

A ARAP, tem procurado, dentro daquilo que são as suas competências, consolidar o seu posicionamento junto do Sistema Nacional da Contratação Pública, tendo como principal foco os valores que a norteiam: Espírito de Missão; Integridade e Independência; Cooperação e Compromisso; e Comunicação.



2. Breve Caracterização da Instituição



A ARAP é uma autoridade administrativa independente, de base institucional, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja missão é regular o mercado da contratação pública.

Relaciona-se com o Governo através do Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e do Ministério das Infraestruturas, por delegação do Primeiro-ministro.

A ARAP é independente no desempenho das suas funções e não se encontra submetida à superintendência nem à tutela do Governo no que respeita às funções reguladoras.

2.1. Missão e Atribuição

Regular, promovendo um mercado de aquisições públicas alinhado com as opções de desenvolvimento nacional, atrativo para os fornecedores, facilitado para os intervenientes e fomentador da boa gestão dos dinheiros públicos.

2.2. Organograma



Figura 1 – Organograma ARAP



3. Enquadramento Estratégico 2022-2026



O presente Relatório espelha o segundo ano do ciclo estratégico da ARAP de 5 (anos) correspondente ao período 2022 - 2026. Com base no grau de relevância das áreas chave e da análise SWOT foram identificados os seguintes desafios chave:

1. Reorientação do foco de intervenção para o reforço da atividade regulatória, através da supervisão, auditoria e sancionamento.
2. Reajuste dos processos de trabalho e os normativos internos, em tempo útil, às novas funcionalidades potenciadas pela plataforma do *e-procurement*.
3. Garantia de uma equilibrada cobertura regulatória por todas as categorias de entidades adjudicantes distribuídas por todo o território nacional.
4. Aumento da eficiência organizativa e promoção da comunicação com as entidades reguladas, com recurso a sistemas de informação, tecnologicamente suportados.
5. Transformar a ARAP num organismo que faça a implementação da sua Missão reforçando a utilização do trabalho em rede, sem perder a sua autonomia, eficácia e reconhecimento.
6. Avaliação da eficácia do desempenho do SNCP, com recurso a um sistema estatístico que permita a construção e indicadores de desempenho.

Assim, no contexto da análise e formulação realizadas, propôs-se os seguintes temas estratégicos para o novo plano estratégico:

Reforço organizacional	Refere-se aos reajustamentos internos necessários para responder à reorientação estratégica aprovada pelo Conselho de Administração, e inclui a clarificação de papéis com outras entidades afetas ao Sistema Nacional de Contratação Pública e o reforço de capacidades internas.
Ação Regulatória	Refere-se ao conjunto de atividades necessárias para a intensificação da ação regulatória, incluindo o reforço de capacidades internas, uma estratégia comunicacional ativa e a entrada em funcionamento de uma estrutura dedicada aos processos de contraordenação.
Eficácia do sistema	Refere-se à liderança e dinamização da construção de um sistema nacional de monitorização e avaliação das compras públicas, referentes a obras públicas, bens e serviços, em parceria com entidades públicas que realizam procedimentos concursais ou intervêm no controlo externo.

Uma vez definido o Mapa Estratégico, passou-se à fase da Gestão Estratégica, ou ainda, da Operacionalização Estratégica, onde se estabeleceram:

- As iniciativas associadas aos objetivos estabelecidos para cada Tema Estratégico e respetivos indicadores e metas, com a elaboração de scorecards;
- A planificação das iniciativas estratégicas para o ciclo compreendido entre 2022 a 2026, sendo eles:



Tabela 1 – Iniciativas por cada um dos temas estratégicos

Tema Estratégico	Iniciativas
REFORÇO ORGANIZACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar uma ferramenta para controlo e seguimento de conta gerência e balancetes; • Elaborar o Relatório de Atividades 2022; • Contratação de serviços de consultoria para revisão do CCP & RJCA e os seus respetivos documentos standardizados; • Efetuar o Levantamento de necessidades de RH para o ciclo estratégico; • Recrutar novos colaboradores para ingresso na ARAP • Elaborar e efetuar o seguimento e monitorização do Plano de Atividades 2023; • Identificar e Definir os requisitos do Sistema de Informação de suporte à atividade da ARAP; • Automatizar o Sistema de Avaliação de Desempenho dos Colaboradores; • Realizar o 2º Inquérito do Clima Organizacional; • Conceber e desenvolver uma metodologia de gestão de projetos; • Garantir a continuidade da certificação da ARAP (Auditoria interna / 2ª Auditoria externa do acompanhamento); • Desenvolvimento de uma metodologia de gestão de parcerias; • Realizar o balanço anual de desempenho institucional.
AÇÃO REGULATÓRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de planos de formação aos ISNCP; • Instauração de processos de Contraordenação; • Notificação Advertência; • Promover Eventos Diversos sobre a Contratação Pública; • Efetuar Publicações no Âmbito da Competência de Informação e Publicidade da ARAP; • Criar Identidade Visual para Publicações Diversas e Assegurar a Captação de Registo Audiovisuais; • Reforçar a Imagem e Identidade Institucional; • Sensibilizar e Partilhar Informação e Conhecimentos com os ISNCP e Parceiros; • Divulgar e Atualizar Conteúdos no site e Redes Sociais; • Acreditação de UGA's e qualificação dos integrantes; • Elaborar Súmulas sobre as deliberações da CRC; • Emitir pareceres técnicos sobre interpretação das normas de contratação pública – Diretivas; • Emitir pareceres técnicos durante a feitura de diplomas legais no âmbito de competência consultiva; • Prestar esclarecimentos técnicos sobre a legislação, no âmbito de competência regulamentar;



	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar a lista de não elegíveis; • Elaborar o Manual de auditoria aos procedimentos da contratação pública; • Elaborar e Rever Normas e Instrumentos de Comunicação • Realizar Auditorias às Empresas Públicas; • Realização de Formação para os operadores económicos – CPCP; • Realizar Auditorias aos Ministérios; • Realizar Auditorias as Câmaras Municipais; • Realizar Auditoria a Órgãos de Soberania; • Realizar Auditorias aos Institutos Públicos; • Desenvolver uma metodologia ativa de recolha de informação sobre a Contratação Pública (Sistema de Informação); • Realização de formação para Entidades Adjudicantes - CICIP • Realizar Supervisão aos Institutos Públicos; • Realizar Supervisão aos Ministérios; • Realizar Supervisão às Empresas Públicas; • Realizar Supervisão às Agências Reguladoras; • Realizar Supervisão às Câmaras Municipais; • Realização de ações de formação presenciais para os Municípios; • Desenvolver uma metodologia de planeamento, controlo e avaliação do Plano de Atividades e Plano Estratégico; • Realizar o Estudo sobre a legalidade nos procedimentos de empreitadas de obras públicas no período de 2019 a 2022; • Elaborar Proposta de revisão do estatuto da CRC; • Elaborar Manual de formação para capacitação dos júris.
EFICÁCIA DO SISTEMA	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a base de dados de auditoria de 2015 a 2023; • Consolidar o estudo sobre duração do tempo médio nos concursos públicos; • Definição dos modelos das parcerias; • Efetuar o Follow UP das recomendações das auditorias de 2022; • Elaborar de relatório analítico da CRC; • Elaborar Relatório de Regulação.



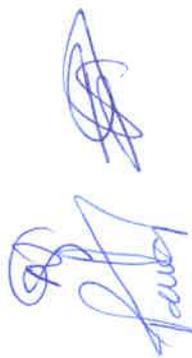

4. Destaques



Essa seção apresenta de forma sucinta uma retrospectiva das principais realizações da ARAP e acontecimentos do mercado de contratação pública no período de janeiro a dezembro de 2023.

Tabela 2 - Acontecimentos mais relevantes em 2023

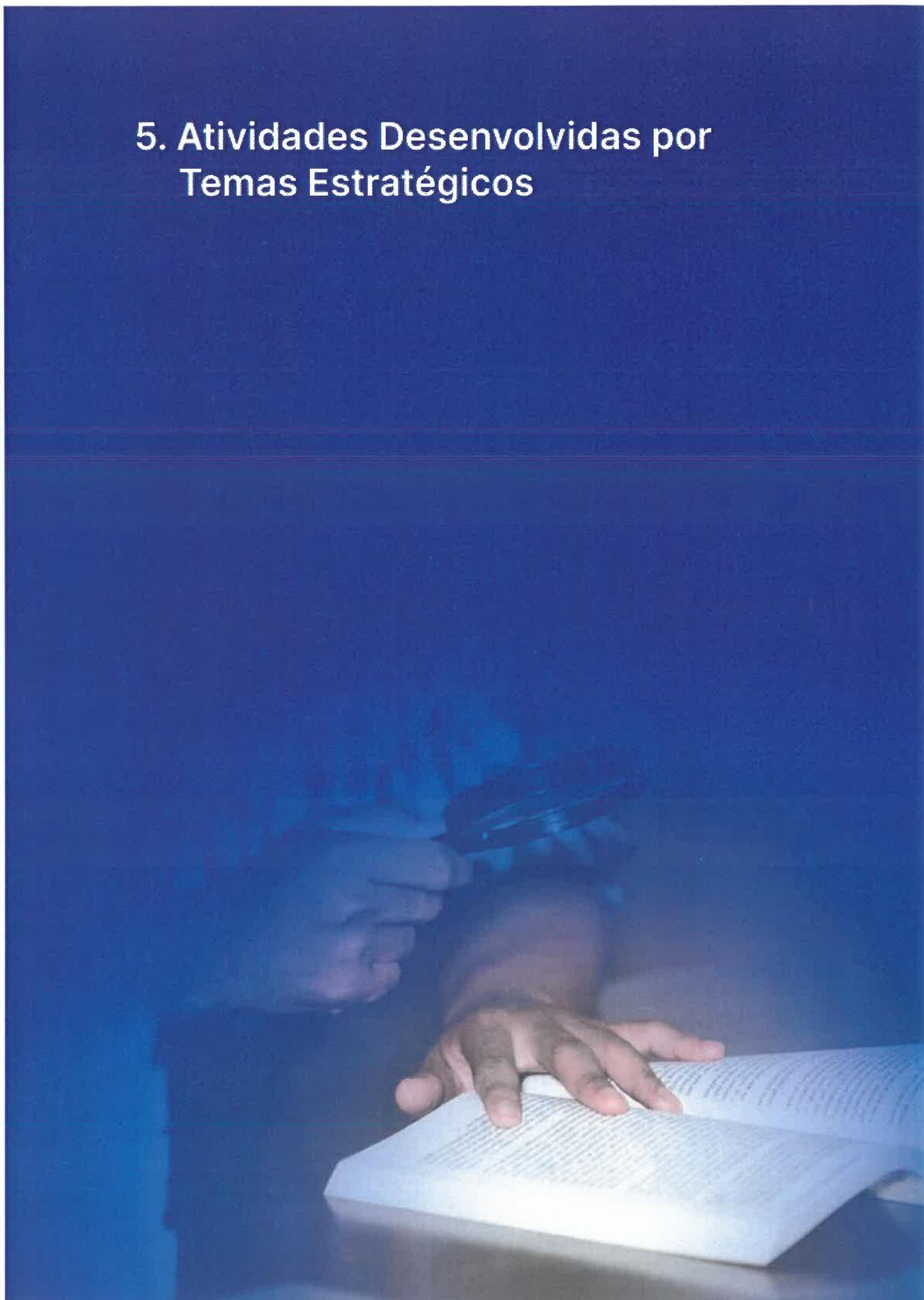
Acontecimentos mais relevantes em 2023	
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Missão técnica da DSAE ao TC-Portugal para Elaboração do manual de auditoria, financiado pelo Pro-Palop;
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • Missão ao IMPIC-PT para Benchmark do sistema de reporte, monitorização e seguimento do plano de atividades e plano estratégico; • Visita de cortesia do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal; • Procedimentos para reforço da equipa técnica da ARAP.
Março	<ul style="list-style-type: none"> • Minистраção do Curso Introdução à Contratação Pública para os ISNCP; • CA da ARAP reúne com a equipa do Projeto de Avaliação do SNCP; • Partilha de experiência sobre contratação eletrónica com equipa do IMPIC; • Workshop sobre Avaliação do SNCP com MAPS II.
Abril	<ul style="list-style-type: none"> • Missão Brasil para implementação do sistema de controle de elegibilidade e implementação de lista de não elegíveis • Participação no evento compras publica de inovação a convite do IMPIC em Portugal; • Partilha experiência na Rede Africana de Contratação Pública;
Mai	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro com Entidades Adjudicantes e Operadores Económicos sobre inovação em compras públicas; • Conversa aberta sobre o tema a "Regulação e a Atuação dos Intervenientes do Sistema Nacional da Contratação (ISNCP) no ISCEE e Uni-CV; • Conferência "Regulação e planeamento estratégico da contratação pública" no âmbito do 15º aniversário da ARAP; • Missão à Moçambique para avaliação do sistema da contratação pública e MAPS II Financiado pelo BAD; • Visita da equipa do Banco Mundial;



Junho	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em CP para operadores económicos e entidades adjudicantes em São Vicente;
Julho	<ul style="list-style-type: none"> • Workshop em contratação pública no âmbito da capacitação técnica aos parceiros e membros do Cofre dos Tribunais e do Ministério Público. • Apresentação do tema reforma da contratação pública pela PCA da ARAP no evento de comemoração do aniversário do TC; • Auscultação dos ISNCP para revisão do CCP e RJCA; • Formação em CP aos Operadores Económicos na ilha do Fogo
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Workshop para consulta nacional sobre implementação dos ODS com participação da PCA
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em CP para Operadores Económicos na ilha da Boavista; • Seminário sobre oportunidades de negócios em parceria com CCISS
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • Workshop Validação das Conclusões da Avaliação do SNCP; • Visita da congênera senegalesa ARCOP; • Participação dos Membros do CA na 3ª Assembleia Geral da APPN; • Sensibilização de Operadores Económicos na FIC 2023; • Participação na X Conferência Anual dos OECE-CPLP; • Membros do CA da ARAP visitam ARCOP do Senegal;
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em CP para Entidades Adjudicantes na Cidade da Praia; • Sensibilização aos colaboradores da ARAP sobre poupança energética;



5. Atividades Desenvolvidas por Temas Estratégicos



As atividades desenvolvidas pela ARAP durante o ano de 2023, seguiram as linhas orientadoras do Plano Estratégico desenhada para o período de 2022 a 2026.

Neste contexto, apresentam-se seguidamente as atividades desenvolvidas, estruturadas em função dos temas estratégicos.

5.1. Eficácia do Sistema

5.1.1. Consolidar a base de dados de Auditoria de 2015 a 2023

Integrado no Plano de Atividades de 2023, visando uma gestão mais estratégica e informada das atividades de auditoria, a consolidação dessa base de dados é essencial para avaliar a eficácia dos processos de auditoria, promovendo transparência, responsabilidade e aprimoramento contínuo nas práticas de contratação pública.

A base de dados contempla atualmente, folhas com tabelas dinâmicas e interligadas que permitem uma análise temporal, aprofundada e minuciosa dos dados das auditorias e supervisões realizadas.

O suporte da análise dos dados, resulta do checklist que é preenchido na ação de auditoria e supervisão. A consolidação da base de dados permite a extração de dados, tais como:

- Identificar e escalar o tipo de contrato, tipo de procedimento, nome do adjudicatário, objeto de adjudicação e código de procedimentos;
- Estado dos procedimentos (fechado, em curso e por abrir);
- Taxa de conformidade das entidades;
- Gráficos ilustrativos consoante as necessidades de análise e;
- Classificação de empresas.

5.1.2. Consolidar o estudo sobre duração do tempo médio nos Concursos Públicos

O estudo sobre a duração do tempo médio nos concursos público tinha como propósito averiguar a eficiência e eficácia dos concursos públicos nesse quesito.

Os dados de auditoria referentes a 2021 permitiram apurar a duração média dos diversos procedimentos de contratação pública. A tabela abaixo, representa uma análise com base na amostra na qual foram abrangidas 23 entidades adjudicantes:




Tabela 3 - Duração média dos procedimentos de contratação pública

Tipo de Procedimento	Tipo de Contrato	Duração Média
Concurso Público	Empreitada de obras públicas	115
	Locação e aquisição de bens móveis	148
	Aquisição de Serviços	366
Concurso Público Total		147
Concurso Público em duas fases	Serviços de Consultoria	118
Concurso Público em duas fases Total		118
Concurso Restrito	Empreitada de obras públicas	79
	Locação e aquisição de bens móveis	71
	Aquisição de Serviços	67
Concurso Restrito Total		73
Ajuste Direto	Empreitada de obras públicas	78
	Locação e aquisição de bens móveis	103
	Aquisição de Serviços	41
	Serviços de Consultoria	48
Ajuste Direto Total		72
Total Geral		81

No entanto esse estudo foi suspenso tendo em conta a perspectiva da revisão do Código de Contratação Pública e a limitações de recursos.

5.1.3. Efetuar o Follow-Up das Recomendações das Auditorias de 2021

Conforme o artigo 13º, alínea c), do Decreto-Lei nº 55/2015, de 09 de outubro, que aprova o Estatuto da ARAP, cabe a mesma, estabelecer mecanismos de Monitorização contínua do Sistema Nacional da Contratação Pública, com vista a monitorar e corrigir erros na aplicação do Código de Contratação Pública e respetivos regulamentos.

O seguimento das recomendações de auditoria, tem por objetivo verificar o cumprimento das normas previstas na Lei nº88/VIII/2015, de 14 de abril, que aprova o Código da Contratação Pública (CCP), por via da realização de Follow-up das recomendações das auditorias de procedimentos realizados em 2021.

Deste modo, foram contactadas 7 entidades:

1. Câmara Municipal do Sal – CMS;
2. Câmara Municipal do Porto Novo – CMPN;
3. Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos – CMSLO;
4. Câmara Municipal De Tarrafal de São Nicolau – CMTSN;
5. Electra, SA – ELETRA;
6. Águas de Santiago – ADS;
7. CV Handling – CVH.

Das entidades contactadas, 3 não responderam a solicitação apesar das inúmeras tentativas, nomeadamente:

1. Câmara Municipal do Porto Novo;
2. CV Handling;
3. Electra, SA.

Das entidades que responderam os resultados revelam um panorama diversificado no que diz respeito à implementação das recomendações emitidas durante a auditoria inicial. A tabela abaixo ilustra os resultados obtidos no follow-up:

Tabela 4 - Resultados obtidos no follow-up

Descrição	Qnt.	Entidades Adjudicantes
Número total de entidades analisadas	4	ADS; CMSLO; CMTSN; CMS
Entidades que cumpriram as recomendações	2	CMSLO; CMS
Entidades com recomendações parcialmente cumpridas	1	ADS
Entidades que não cumpriram recomendações	1	CMTSN

Em suma, o processo de follow-up destaca a importância contínua da supervisão e aprimoramento dos processos internos. Os resultados variados ressaltam a necessidade de um comprometimento constante com as melhores práticas e a conformidade regulatória.



Tabela 5 – Entidades que responderam ao follow-up

Nº de Entidade Adjudicantes Analisadas	Entidades Adjudicantes	Total de Recomendações Identificados	Total de Recomendações Absorvidas	Taxa de Cumprimento das Recomendações
4	ADS; CMSLO; CMTSN; CMS	23	15	65,2%

Recomendações que não foram absorvidas:

- Que a CMTSN, enquanto entidade adjudicante que tem a responsabilidade da condução dos procedimentos da contratação pública, passe a observar todas as regras emanadas no CCP, bem como Deliberações do Conselho de Administração da ARAP, nomeadamente, a diretiva nº1/2018 de 25 de maio;
- Que a CMTSN passe a elaborar o PAA e o mantenha sempre atualizado;
- A CMTSN deve informar as entidades adjudicatárias quando aplicável, da obrigatoriedade de pagamento dos emolumentos, como condição prévia para a assinatura do contrato;
- Que a CMTSN envie à ARAP mensalmente as fichas de contratos efetuados em formato digital, conforme o artigo 15º nº 1, alínea d) do Estatuto da ARAP e da diretiva nº 2/2022, Ficha de Contratos e Registos de Contratações;
- Que a CMTSN cumpra escrupulosamente o procedimento estatuído para ajuste direto, conforme a alteração à Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril.
- Foi possível constatar que a ADS não adotou a prática de planificar com antecedência adequada as aquisições, conforme o princípio de programação anual e preparação e execução do Plano Anual de Aquisições, enquadrado nos artigos 16º e 61º do CCP;
- Os documentos de procedimento da ADS não foram aprovados pela entidade adjudicante, consoante ilustrado no artigo 41º do CCP;
- A ADS deve homologar o relatório final pela entidade responsável pela adjudicação, conforme verificado no artigo 130º do CCP.

5.1.4. Definição dos Modelos das Parcerias

Foram identificadas as parcerias existentes e traçado o perfil dos parceiros e tipos de parcerias a realizar no âmbito da missão institucional.

Em termos de perfil regista-se que os protocolos assinados e publicados no seu site foram rubricados com instituições cuja atividade se mostra similar às atividades exercidas pela ARAP.



5.1.5. Elaborar Relatório de Regulação

Elaborado o 1º Relatório de Regulação, cuja estrutura foi definida de acordo com as competências da ARAP. Tratando do primeiro Relatório de Regulação, procurou relatar as atividades dentro do cumprimento da missão institucional da ARAP.

A elaboração e a publicação do Relatório de Regulação, representa um esforço da ARAP no cumprimento das suas obrigações, com o qual se pretende divulgar os principais indicadores relativos à contratação pública e potenciar um melhor conhecimento dos indicadores desta matéria.

O exercício de regulação demanda um equilíbrio entre as competências atribuídas. Pelo que neste exercício regulatório denota um esforço da ARAP no cumprimento de todas as competências atribuídas.

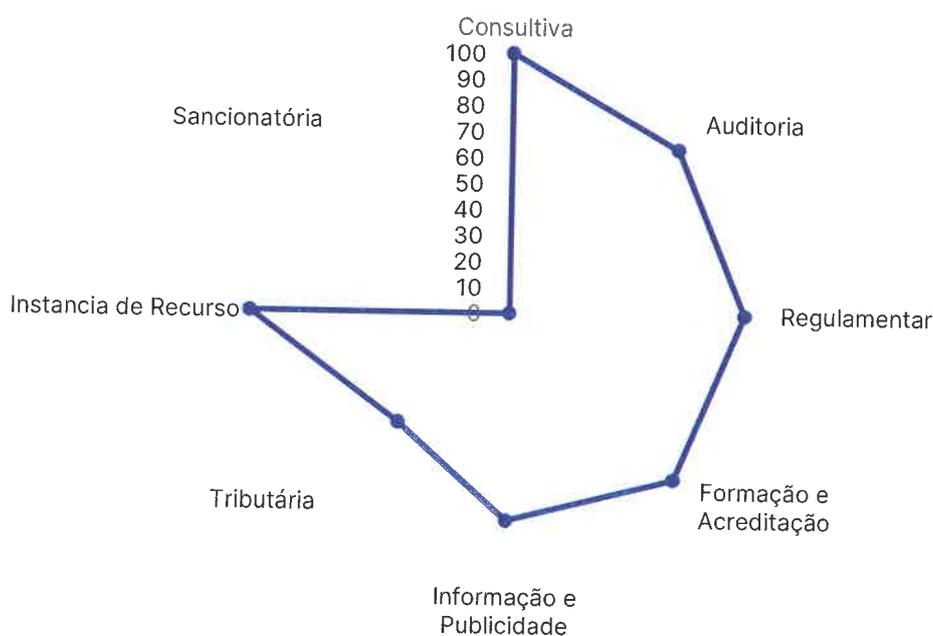


Gráfico 1 - Taxa de cumprimento das competências

A nível geral nota-se que já se conseguiu abarcar todas as competências para o cumprimento da missão institucional, entretanto, algumas delas ainda carecem de atenção, conforme retratada no gráfico supra.

5.1.6. Elaboração do Relatório Analítico da CRC

A CRC tem um papel importante no desempenho dos processos de formação dos contratos públicos, comportando ganhos incomensuráveis no que tange a transparência e imparcialidade no processo da contratação pública, designadamente pelo cumprimento das suas decisões.




Durante o ano 2023 foram interpostos 49 recursos, dos quais houve uma desistência, e dos 48 restantes foram decididos 43. A seguir apresenta-se a descrição do sentido das decisões:

- Quinze (15) Recursos improcedentes;
- Seis (6) Recursos procedentes;
- Um (1) Recurso parcialmente procedente;
- Vinte e um (21) Recursos Indeferido Liminarmente.

O gráfico a seguir apresenta a proporção relativa do sentido da decisão.

A CRC tem um papel importante no desempenho dos processos de formação dos contratos públicos, comportando ganhos incomensuráveis no que tange a transparência e imparcialidade no processo da contratação pública, designadamente pelo cumprimento das suas decisões.

Durante o ano 2023 foram interpostos 49 recursos, dos quais houve uma desistência, e dos 48 restantes foram decididos 43. A seguir apresenta-se a descrição do sentido das decisões:

- Quinze (15) Recursos improcedentes;
- Seis (6) Recursos procedentes;
- Um (1) Recurso parcialmente procedente;
- Vinte e um (21) Recursos Indeferido Liminarmente.

O gráfico a seguir apresenta a proporção relativa do sentido da decisão.

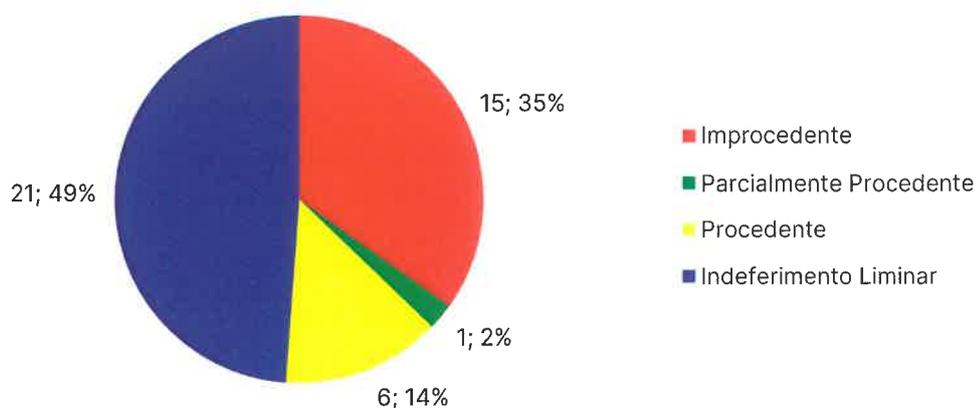
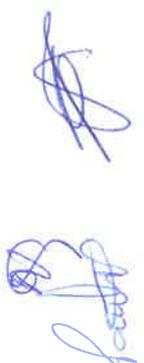


Gráfico 2 - Sentido da decisão



De acordo com o gráfico podemos observar que a maior parte dos recursos interpostos foram indeferidos liminarmente, isso pode significar algum desconhecimento ou incerteza por parte dos operadores económico quanto ao objeto ou ao prazo para a interposição dos respetivos recursos.

Quanto ao objeto do recurso, pode-se verificar no gráfico abaixo, que as matérias objeto do recurso incidem maioritariamente sobre a **Decisão do Júri constantes do Relatório de Avaliação**. Isso indica que os recorrentes manifestam uma discordância relativa a atuação do Júri, invocando erros ou falhas em sua avaliação, o que influencia negativamente o resultado final.

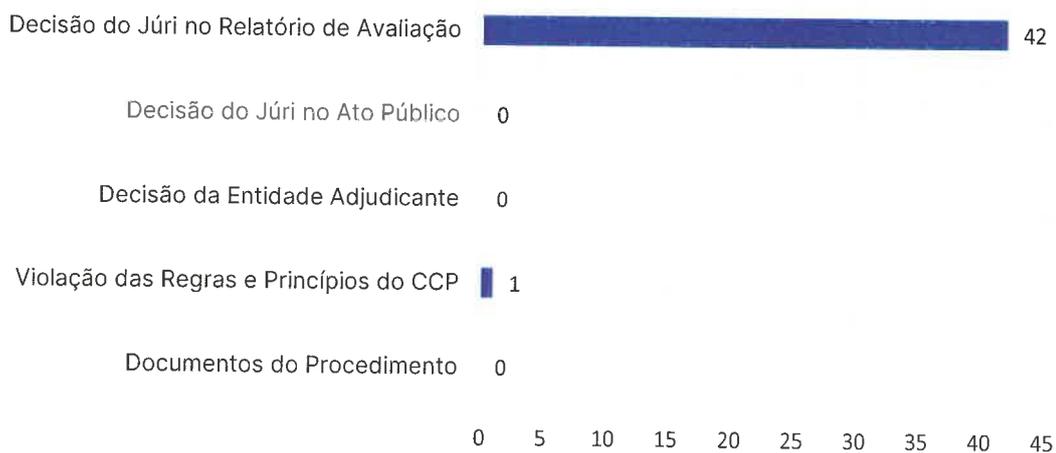


Gráfico 3 - Objeto de recurso

Os pontos específicos de discordância com a Decisão do Júri podem ser diversos, como:

- Interpretação errônea dos fatos e provas apresentados.
- Aplicação indevida de critérios e normas.
- Falta de fundamentação adequada na decisão.
- Inconsistências ou vícios no processo de avaliação.

Tipo de Procedimento

O artigo 29º, nºs 1 do CCP, prevê que a celebração dos contratos previsto no artigo 3º, deve ser precedida de um dos seguintes tipos de procedimentos, nomeadamente: Concurso Público; Concurso público em Duas Fases; Concurso Limitado por Prévia Qualificação; Concurso Restrito; Ajuste Direto; Concurso Público Nacional/Internacional.

Da análise efetuada aos recursos interpostos na CRC, constatou-se a predominância do concurso público como o tipo de procedimento mais recorrido.



O gráfico abaixo retrata esta realidade, que se justifica pelo facto deste tipo de procedimento ser o mais concorrencial.

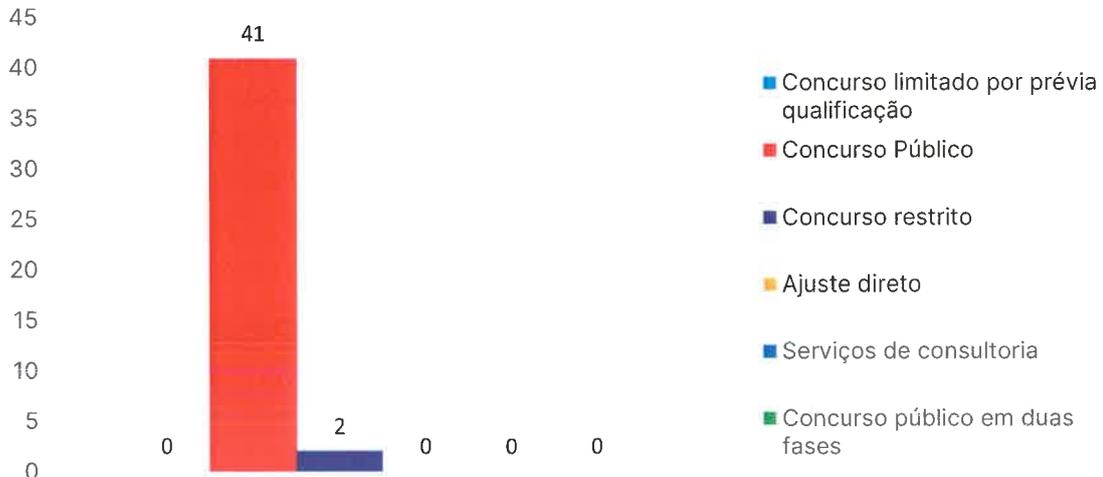


Gráfico 4 - Tipo procedimento

Tipo de Contrato

Nos termos do disposto no artigo 3º do Código de Contratação Pública estão abrangidos os seguintes tipos de contratos:

- Empreitada de Obras Públicas;
- Locação e Aquisição de bens móveis;
- Aquisição de Serviços;
- Serviços de Consultoria;
- Concessão de obras e serviços públicos.

No entanto, destaca-se a empreitada como tipo de contrato mais recorrido, conforme se pode observar no gráfico abaixo.



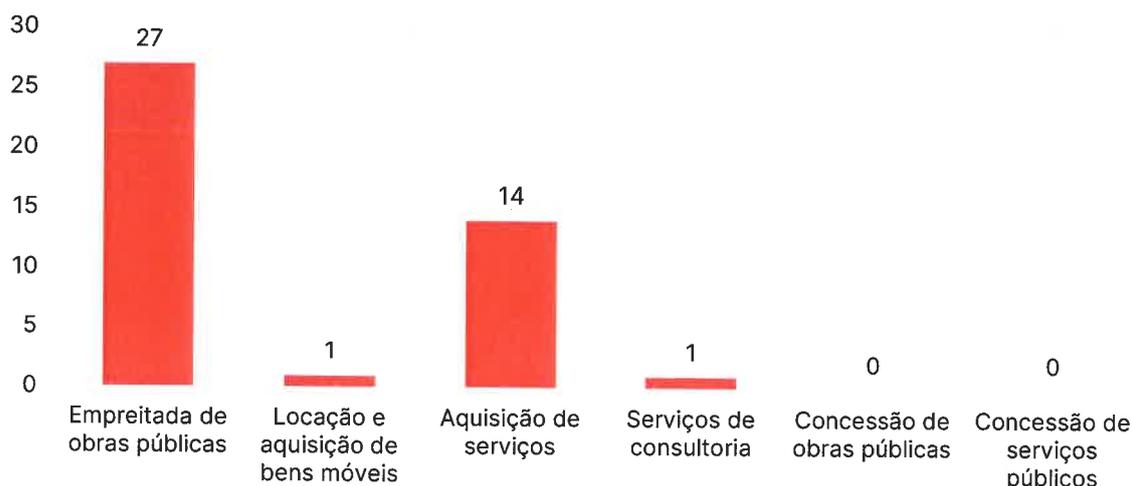



Gráfico 5 - Tipo contrato

Evolução Quantitativa dos Recursos

Numa perspetiva evolutiva o quadro a seguir descreve a evolução quantitativa dos recursos interpostos dos anos de 2018 a 2023.

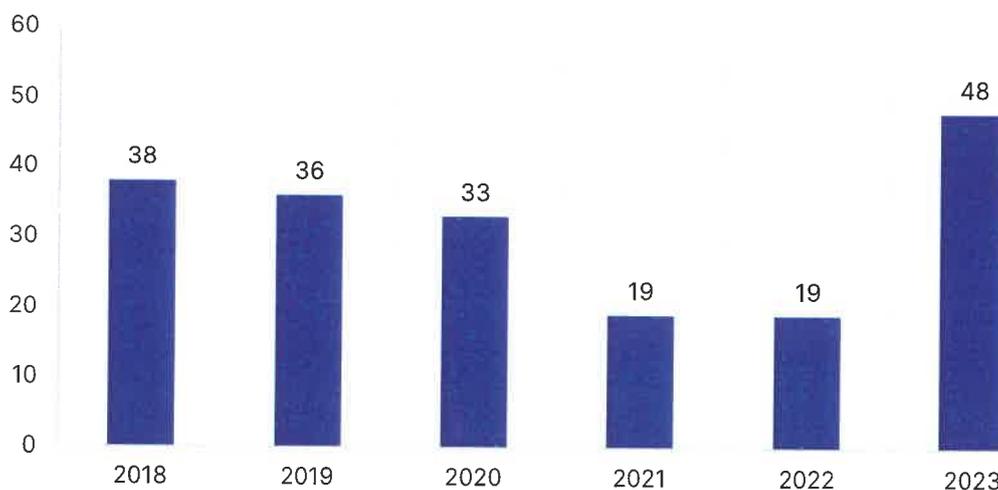


Gráfico 6 - Evolução quantitativa dos Recursos

Conforme se pode observar, houve um acréscimo na quantidade de recursos interposto junto da CRC, de 19 (dezanove) em 2021 para quarenta e oito (48), mostrando uma tendência ascendente no ano 2023.

Tempo Médio da Tramitação dos Recursos

Em relação ao tempo médio da decisão, pode-se observar que ela varia muito, tendo registado o seu pico em 2022, mas regressando ao que podemos considerar mais próximo do normal a variação entre 19 a 41 dias. É digno de registo que em 2023 tivemos




um tempo médio de 28 dias, ou seja, situa-se muito próximo do mínimo registado em 2018, não obstante ao aumento do nº de recursos interposto.

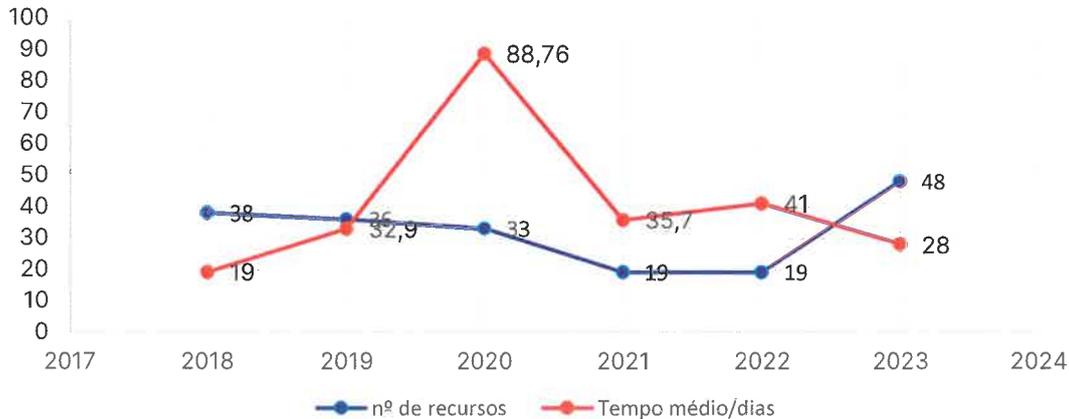


Gráfico 7 – Tramitação dos Recursos na CRC

5.2. Ação Regulatória

5.2.1. Desenvolvimento de Planos de Formação aos ISNCP

A capacitação dos Intervenientes do Sistema Nacional da Contratação constitui um dos mecanismos que tem por propósito potenciar a eficácia do Sistema Nacional da Contratação Pública. Neste sentido, durante o ano de 2023 foi planeado a **realização de 6 ações de formação**, visando alcançar 3 públicos-alvo distintos, nomeadamente:

- 1 ação de formação online denominado “Como Participar nos Procedimento, para os operadores económicos;
- 1 ação formação e-learning denominado “Curso de Introdução a Contratação Pública” para as entidades adjudicantes e para o público em geral;
- 4 ações de formação presenciais nos municípios, tanto para as entidades adjudicantes como para os operadores económicos.

Relativamente a capacitação online destinada aos operados económicos, CPCP, o número de inscrito foi insuficiente, pelo que, inviabilizou a realização desta ação.

5.2.2. Realização de Formação para os Operadores Económicos – CPCP

Neste domínio, após elaboração do manual de formação para os operadores económicos, foi previsto no plano de atividade uma ação online. No entanto, após a abertura da inscrição não foi obtido o número de inscrito suficiente, pelo que, esta ação foi cancelada e foi realizada nos municípios de São Vicente, São Filipe no Fogo e na Boavista.




As informações gerais sobre esta formação e o resultado alcançado estão tratados supra, no ponto 5.2.1, abaixo do tópico Ação de Formação Presencial nos Municípios.

5.2.3. Realização de Formação para Entidades Adjudicantes – CICP

Relativamente a formação e-learning, os inscritos obtidos ultrapassaram as expectativas, pois obtivemos 111 inscritos o que nos obrigou a abrir mais uma turma. Quanto a formação presencial nos municípios, a equipa da ARAP esteve em São Vicente, em São Filipe no Fogo e na Ilha da Boavista. Por questões relacionadas com a ligação aérea, a formação prevista para a Ilha de São Nicolau não foi possível executar. Em alternativa devido a uma elevada demanda das instituições por formação presencial, foi realizada duas ações presenciais na Praia, dos dias 27 de novembro a 7 de dezembro, com uma carga horária de 30 horas cada.

O Curso de Introdução a Contratação Pública ocorreu nos meses de março e abril, seguindo a metodologia aplicada nos anos anteriores, na modalidade e-learning, ministrada pela ARAP na plataforma moodle da Uni-CV, disponível durante 30 dias, com sessões síncronas de uma hora por dia, perfazendo uma carga horária de 30 horas. Esta ação teve uma abrangência total de 36 instituições públicas e 2 entidades privadas, conforme se pode observar no quadro infra.

Tabela 6 - Instituições Abrangidas

Instituições Abrangidas	Nº
Agência Reguladora do Ensino Superior	1
Águas e Energia da Boavista, S.A	1
ARME	1
Autoridade da Concorrência (AdC)	3
Câmara Municipal da Boa Vista	2
Câmara Municipal de Mosteiros	1
Camara Municipal de São Miguel	1
Câmara Municipal de São Vicente	1
CNE - Comissão Nacional de Eleições	1
Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais	5
Direção Geral do Património e da Contratação Pública	3
Direção Geral do Trabalho	1
Direção Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	2
Direção Nacional da Polícia Judiciária	2
ERIS	2
FICASE	4
Forças Armadas de Cabo Verde	3
IEFP	24
IFH	4
IMP - Instituto Marítimo Portuário	1
INFORPRESS, S.A	2



Inspeção Geral Das Finanças	8
Instituto de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos e Marítimos	2
Instituto do Desporto e da Juventude	3
Instituto Nacional de Gestão do Território	3
Instituto Nacional de Saúde Pública	1
Ministério da Administração Interna	4
Ministério da Saúde	4
Ministério das Finanças	6
Ministério do Mar - Direção Nacional de Pesca e Aquacultura	4
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1
Organização Nacional Antidopagem de Cabo Verde	3
Tribunal da Comarca da Boa Vista	1
Pró Empresa Cabo Verde Digital	3
Entidade Privada	2
Instituto Nacional da Saúde Pública	1
Total Geral	111

Se fizermos uma agregação por natureza das entidades abrangidas pela ação de formação teremos o seguinte cenário, retratado no quadro infra.

Tabela 7 - Agrupamento de entidades por Natureza

Natureza das Entidades	Nº Entidade	Nº Inscrito
Entidades Reguladoras	4	7
Empresas Públicas	4	10
Autarquias Locais	4	5
Administração Direta	12	36
Entidade Privada	1	2
Institutos	10	50
Órgão de Soberania	1	1
Total	36	111

Do quadro podemos facilmente constatar que as entidades que mais participaram desta ação foram os da administração direta e os institutos, tanto em número de entidades como em número de inscrito.

Em termos percentuais, a participação das entidades da administração direta do estado, juntamente com a dos institutos representam 64%. No entanto, relativamente aos inscritos, essa representatividade aumenta para 81%, conforme retrata os gráficos abaixo.



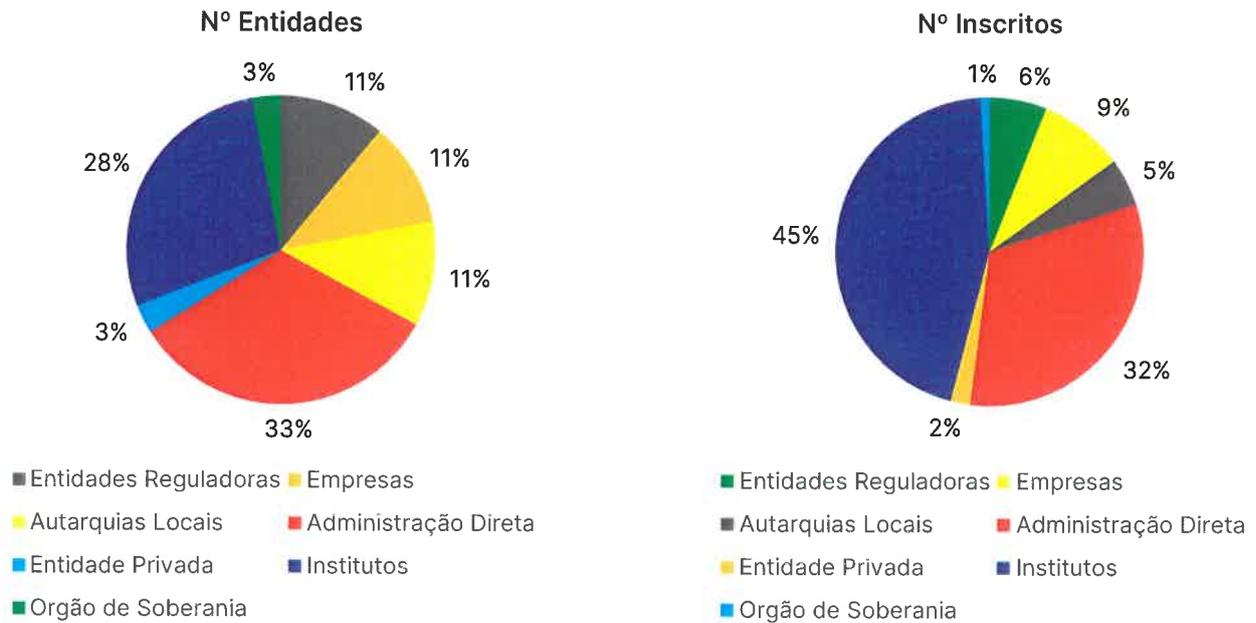



Gráfico 8 - Distribuição de beneficiários por Entidade e por inscritos

Apreciação do Resultado

Após a realização de cada ação de formação é aplicado um questionário, para aferir o grau de satisfação dos destinatários e obter a respetiva apreciação e sugestões de melhoria. Neste sentido, o relatório de formação elaborado e aprovado pelo CA, contém todos os detalhes concernente a formação, neste relatório apresenta-se sucintamente algumas informações pertinentes.

Retratando aquilo que foi o resultado da formação, no gráfico infra, pode-se constatar que dos 111 inscrito, nem todos se submeteram aos testes avaliativos. No entanto, dos 93 avaliados, 82 tiveram nota igual ou superior a 70 pontos, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 88%.

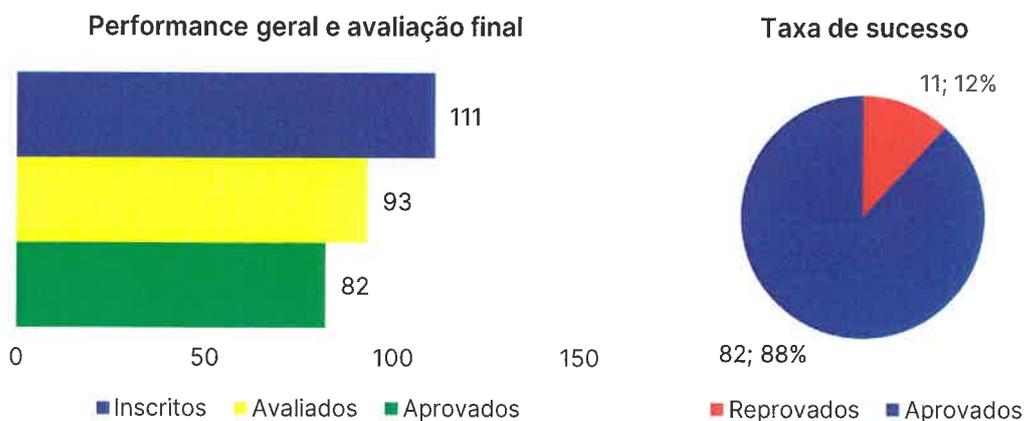


Gráfico 9 - Performance geral e Avaliação da Formação e-learning



Relativamente a apreciação dos formandos quanto a correspondência da ação ministrada face aos objetivos inicialmente definidos, a pontuação predominante, foi de Boa ou Muito Boa, somando 97%, conforme se pode verificar no gráfico infra.

Correspondência da ação de formação face aos objetivos

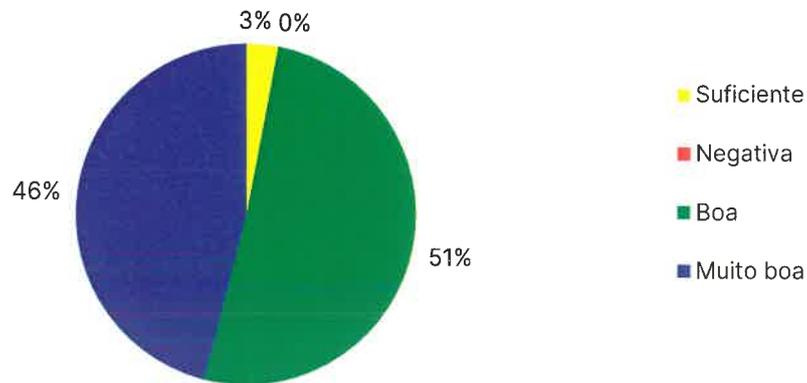


Gráfico 10 - Avaliação da satisfação feita pelos formandos

Ação de Formação Presencial na Praia

Esta ação de formação não tinha sido planeada para este ano. No entanto, considerando as várias solicitações das entidades adjudicantes, foi reajustado o plano, organizado as entidades solicitantes em duas turmas uma de manhã e outra de tarde, e foi realizado na sala de conferência da ARAP esta ação de CICIP.

Na referida formação estiveram 46 inscrites pertencentes a 8 instituições públicas, conforme se pode observar no quadro infra.

Tabela 8 - Instituições abrangidas

Instituições Abrangidas	Nº Inscritos
EMPROFAC	6
Instituto Nacional de Estatística	12
Câmara Municipal da Praia	10
Assembleia Nacional	7
Caixa Económica de Cabo Verde	4
Estradas de Cabo Verde	2
Ministério de Cultura	2
Agência de Aviação Civil	3
Total Geral	46



Em termos de representatividade por natureza das instituições, podemos observar o quadro infra, que as empresas públicas se destacam entre as outras entidades. No entanto, esta predominância não teve o mesmo reflexo a nível do número de inscritos, conforme retratado no gráfico infra.

Tabela 9 - Instituições abrangidas por natureza

Natureza da Entidade	Nº/Natureza	Nº de Inscritos
Administração Direta	1	2
Empresa	3	12
Entidade Reguladora	1	3
Instituto	1	12
Município	1	10
Órgão de Soberania	1	7
Total Geral	8	46

Nº de inscritos por natureza das entidades

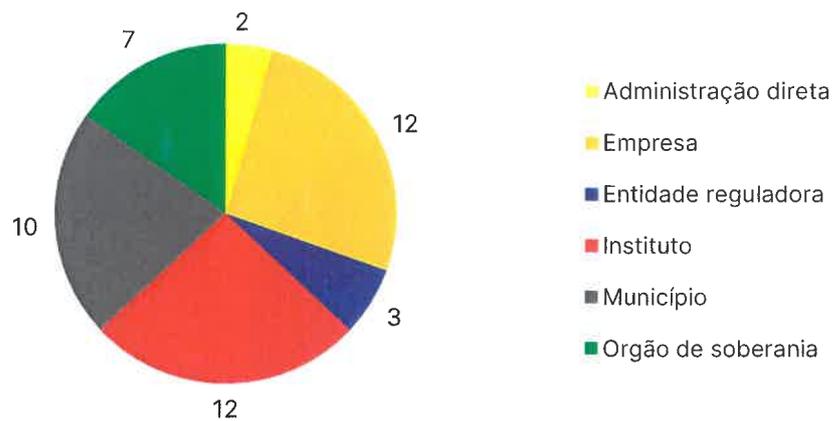


Gráfico 11 - Inscritos por natureza das entidades



Apreciação do resultado

Em termos do resultado, esta ação teve uma taxa de sucesso de 100%, ou seja, dos 44 participantes que se submeteram a avaliação, 44 obtiveram resultados satisfatórios, conforme retratado no gráfico infra.

Performance geral e avaliação final

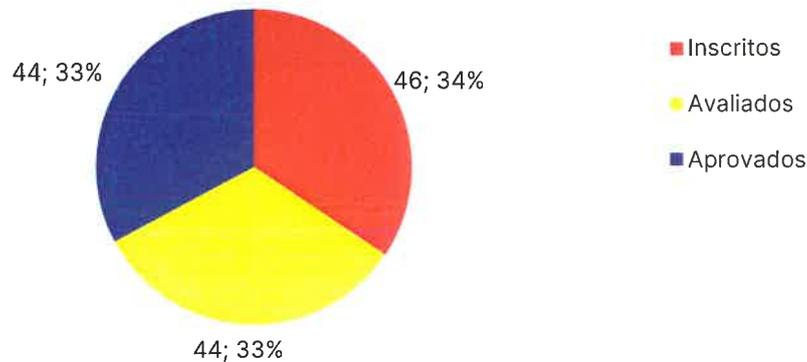


Gráfico 12 - Performance geral e avaliação final

Relativamente a apreciação da satisfação, os formandos consideraram que houve correspondência da ação ministrada face aos objetivos inicialmente definidos. A pontuação atribuída situa-se entre Boa e Muito Boa, de notar que muito boa teve obtido 63%, somando 100%, conforme se pode verificar no gráfico a seguir.

Correspondência da ação de formação face aos objetivos

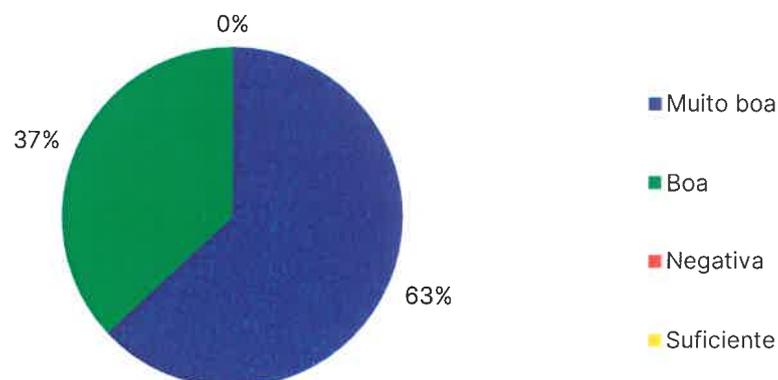


Gráfico 13 - Avaliação da satisfação pelos formandos

5.2.4. Realização de Ações de Formação Presenciais para os Municípios

A formação presencial realizada nos municípios, visam suprir algumas lacunas registadas nas formações e-learning principalmente derivadas da instabilidade da ligação à internet.



Nestas ações são abrangidas tanto as câmaras municipais e as estruturas descentralizadas das entidades adjudicantes e os operadores económicos, são ministrados em simultâneo o CICP e CPCP, respeitando a carga horária de 30 e 10 horas respetivamente.

O quadro abaixo apresenta as entidades abrangidas nestas ações de formação.

Tabela 10 - Instituições Abrangidas por Município

Formação - Curso de Introdução à Contratação Pública		
	Instituições Abrangidas	Nº
São Vicente	ENAPOR	10
	Hospital Baptista de Sousa	1
Fogo	Aguabrava, SA	2
	Ministério da Agricultura e Ambiente	1
	Camara Municipal São Filipe	8
	Cofre dos tribunais e do ministério público	1
	Instituto Nacional de Previdência Social	1
	Agência de Desenvolvimento Regional Fogo e Brava	1
	Total	52
Boavista	Câmara Municipal da Boavista	15
	Água e Energia da Boavista	3
	Delegação Ministério de Educação	4
	Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boavista e Maio	2
	Instituto de Emprego e Formação Profissional	2
	Ministério de Agricultura e Ambiente	1

Em relação ao número de formandos, destaca-se a ilha de Boavista que teve maior adesão com 27 participantes, representando 52% do total de 52 participantes.

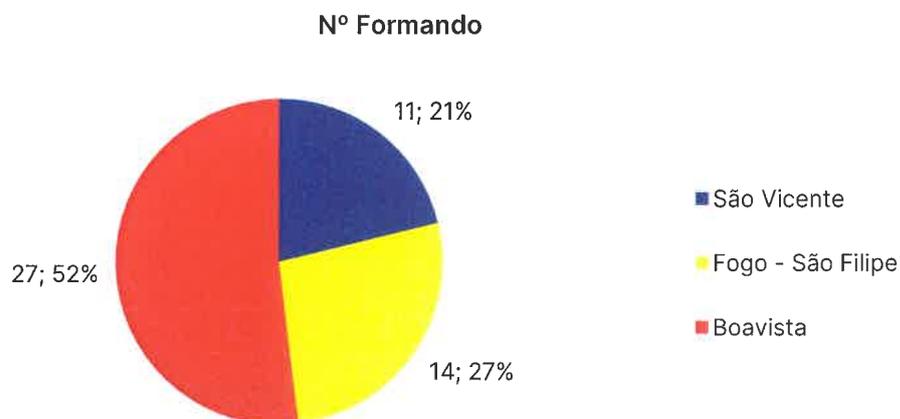


Gráfico 14 - Distribuição dos formandos por município

A formação dirigida aos operadores económicos teve uma adesão mais reduzida comparativamente às direcionadas as entidades adjudicantes, conforme pode ser constatado no quadro infra.

Tabela 11 - Instituições Abrangidas por Município

Formação - Como Participar na Contratação Pública		
Empresas Abrangidas		Nº
São Vicente	SINA Construções	2
Fogo	Transporte M4 Family SOC UNP Lda	1
	Adimar Engenharia e Construção	2
	Firma Barros	1
Boavista	Câmara Comércio Barlavento	1
	GUICAV Construções e comércio LDA	1
	JMA ENG. CIVIL SOC UNP LDA	1
	Projeel Construção SOC UNP LDA	1
	Saulo Soares Engenharia e Construções	1
	Tomar Construções	1
Total		12

Em relação ao número de formandos, destaca-se de novo a ilha de Boavista que teve maior adesão com 6 participantes, representando 50% do total de 12 participantes.

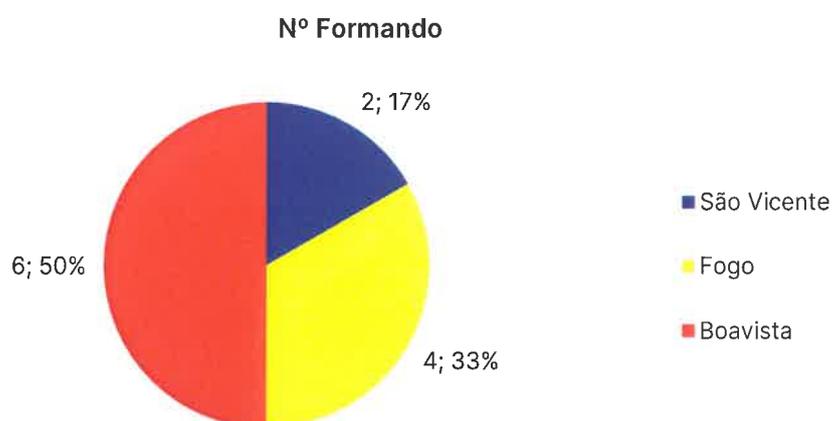


Gráfico 15 - Distribuição dos formandos por município



Apreciação do resultado

Retratando aquilo que foi o resultado da formação, no quadro infra, pode-se constatar que participaram um total de 52 formandos para realização do CICIP, dos quais 45 se submeteram ao processo avaliativo e 44 tiveram aproveitamento satisfatório e receberam os respetivos certificados.

Relativamente a CPCP inscreveram na formação 17 operadores económicos e 12 assistiram à formação.

Tabela 12 - Resultado da avaliação e da participação por município

Formação – Curso de Introdução à Contratação Pública					Formação – Como Participar na Contratação Pública		
Ilhas	Nº Inscritos	Nº Participantes	Nº Avaliados	Nº Aprovados	Ilhas	Nº Inscritos	Nº Participantes
São Vicente	14	11	11	10	São Vicente	6	2
Fogo	19	14	11	11	Fogo	4	4
Boavista	30	27	23	23	Boavista	7	6
Total	63	52	45	44	Total	17	12

Na formação CICIP, registaram-se uma taxa de sucesso de 98%, ou seja, dos 45 participantes que se submeteram a avaliação, 44 obtiveram resultados satisfatórios.

Relativamente a apreciação da satisfação, os formandos consideraram que houve correspondência da ação ministrada face aos objetivos inicialmente definidos. A pontuação atribuída situa-se entre Boa e Muito Boa, somando 100%, conforme se pode verificar no gráfico a seguir.

Correspondência da ação de formação face aos objetivos

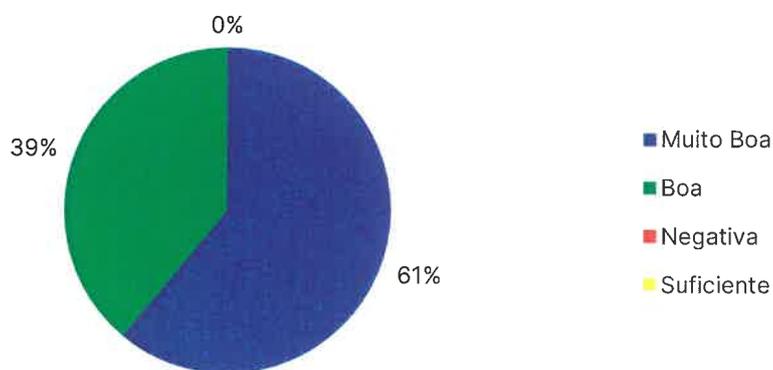


Gráfico 16 - Avaliação da satisfação pelos formandos CICIP



Em relação ao CPCP, os formandos ao serem questionados se a formação correspondeu às suas expectativas pessoais de aprendizagem, 100% respondeu que sim.

Suas metas pessoais de aprendizagem para a formação foram alcançadas?

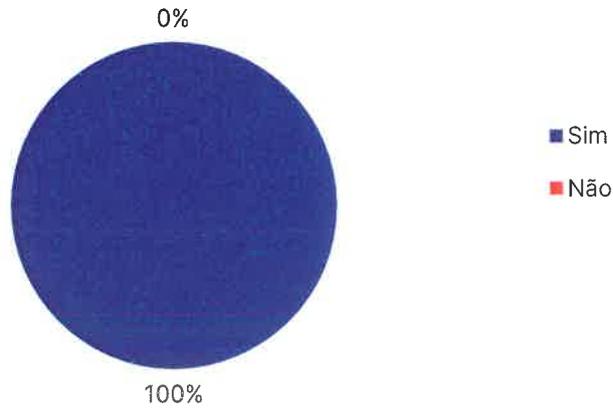


Gráfico 17 - Avaliação da Satisfação pelos formandos CPCP

5.2.5. Acreditação de UGA's e Qualificação dos Integrantes

A ARAP, no âmbito das suas atribuições, tem como uma das suas competências, proceder a acreditação de uma UGA e qualificação de seus integrantes, ao abrigo do artigo 14.º do estatuto da ARAP, que consiste em um processo de reconhecimento através do qual, se atesta que uma entidade adjudicante preenche os requisitos legais para criação e funcionamento regular de uma UGA ou, que um determinado indivíduo está habilitado e qualificado para integrar a uma UGA. Ficando assim, a UGA, legalmente habilitado a conduzir os procedimentos de contratação pública.

No ano de 2023, de janeiro a dezembro, a ARAP registou 4 solicitações das entidades adjudicante, sendo que as 4 solicitações, todos dizem respeito a qualificação de integrantes, tendo todos os elementos propostos a formação prévia em contratação pública nas UGA já acreditadas, num total de dez técnicos, assim distribuído.

Tabela 13 - Distribuição de Qualificação por entidades adjudicantes

Entidades Adjudicantes	Nº de Acreditação	Nº de Integrantes Qualificados
FICASE		1
BCV		2
CMP	1	5
CMSD		2
TOTAL	1	10



Qualificação Integrantes UGA

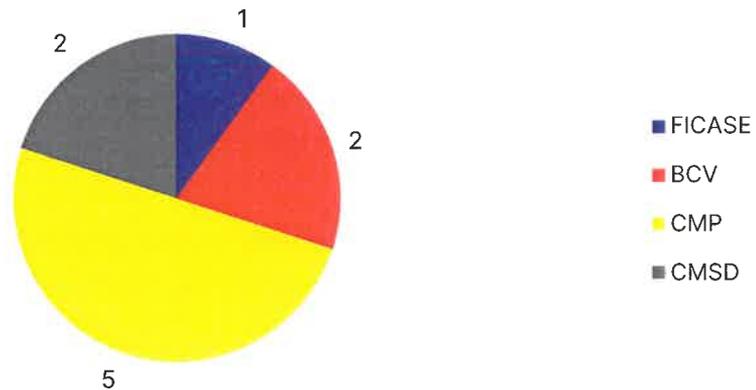


Gráfico 18 - Integrantes Qualificado

5.2.6. Elaborar Súmulas sobre as Deliberações da CRC

Todas as deliberações produzidas pela Comissão de Resolução de Conflito – CRC, são objeto de elaboração de uma súmula, que retrata em síntese aspetos mais relevantes da deliberação, com vista a facilitar a pesquisa. As súmulas são publicadas juntamente com as deliberações no site da ARAP, para dar conhecimento aos intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública das decisões recaídas sobre os processos da contratação pública.

Durante o ano de 2023, a DRFA, produziu um total de **49 Súmulas** das Deliberações da CRC, para efeito de publicação no site da ARAP, apresentado por trimestre no quadro abaixo, onde se destaca o IIº e IIIº trimestre com mais súmulas produzidas.

Nº Súmulas Produzidas

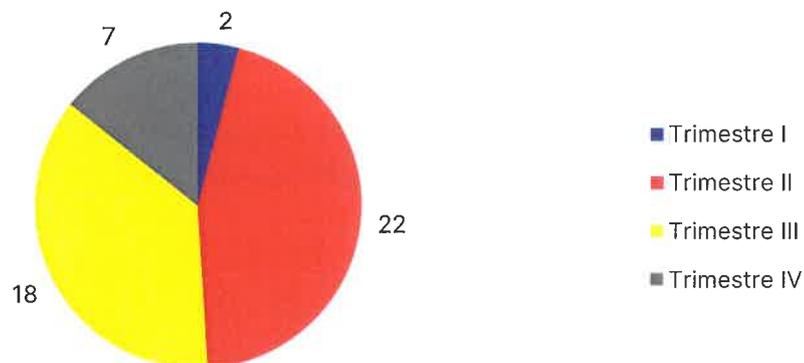


Gráfico 19 - Súmulas das Deliberações da CRC



5.3.7. Emitir Pareceres Técnicos sobre Interpretação das Normas de Contratação Pública

Outra atribuição da ARAP, levado a cabo durante o ano de 2023, se inscreve no domínio da competência consultiva e regulamentar, que consiste em emitir orientações e instruções genéricas em matéria da contratação pública e atender as solicitações de esclarecimentos e questionamentos dos integrantes do Sistema Nacional da Contratação Pública.

Nesse domínio, a DRFA, atendeu um total de **164 solicitações** durante o ano de 2023, sendo que a maior demanda se registou durante o primeiro trimestre, conforme indicado no gráfico a seguir.

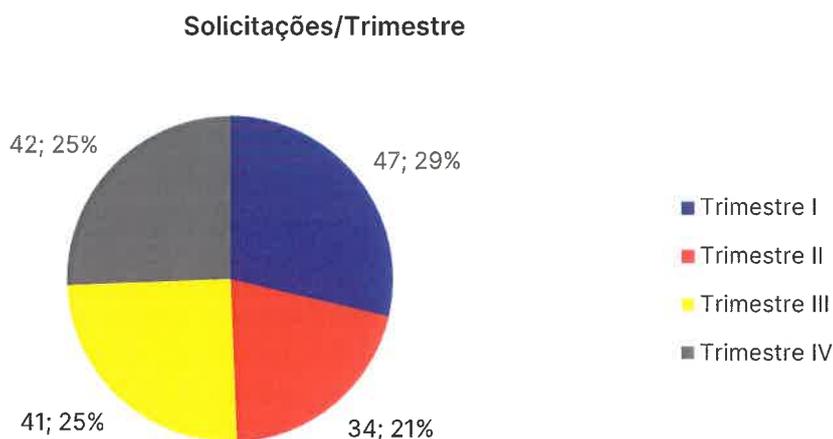


Gráfico 20 -Solicitações/Trimestre

As entidades foram agrupadas por natureza, com o objetivo de podermos verificar quais as entidades que mais têm procurado as orientações da ARAP durante o ano de 2023. Assim, podemos constatar que os institutos e os municípios são entidades mais se destacaram, conforme o gráfico infra.

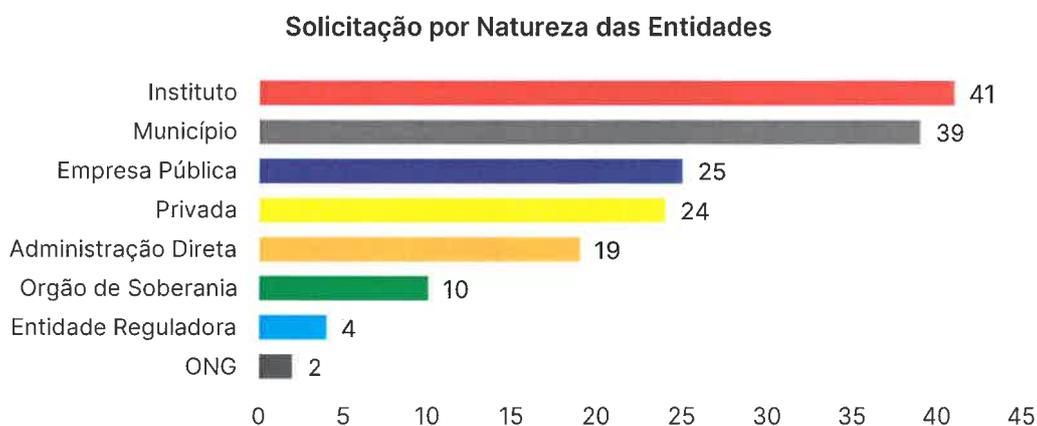


Gráfico 21 - Solicitações/Natureza das Entidades



As solicitações foram agrupadas por assunto, e apenas foram considerados aqueles que tiveram mais de dez solicitações. Assim, o gráfico infra retrata os assuntos mais frequentes, onde se pode constatar que houve mais pedidos de esclarecimentos/informações sobre a avaliação de proposta, participação no procedimento da contratação pública e sobre os documentos do procedimento, conforme retratado no gráfico infra.

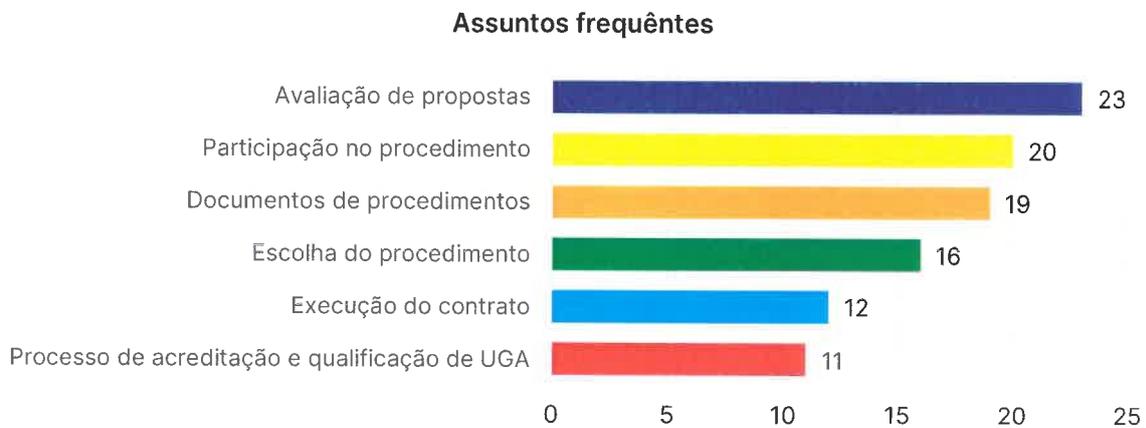


Gráfico 22 - Assuntos mais frequentes objeto de solicitação de pareceres/esclarecimentos

Relativamente aos meios mais utilizados, pelas entidades para solicitar e receber informações destaca-se o email e o telefone, respetivamente, com 71 e 62 pedidos, conforme gráfico abaixo.

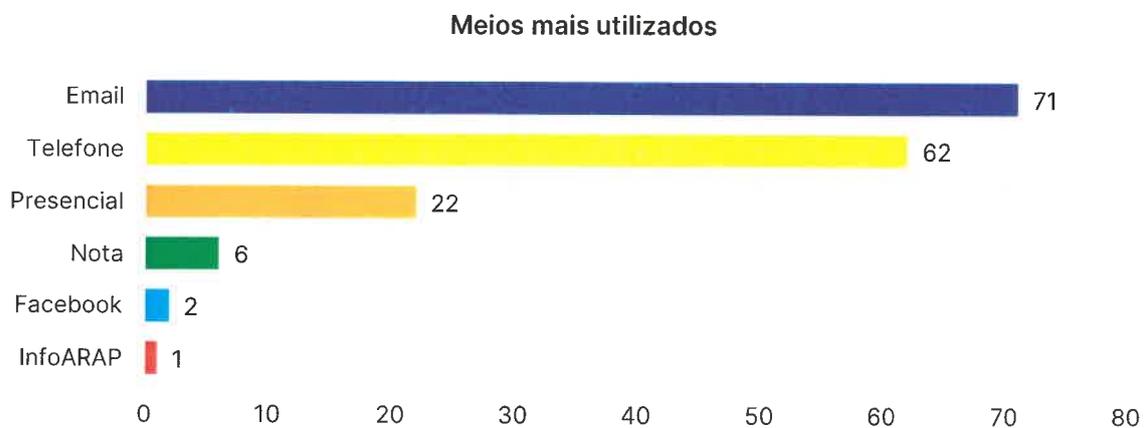


Gráfico 23 - Meios mais utilizados para a solicitação de pareceres/esclarecimentos



5.2.8. Emitir Pareceres Técnicos Durante a Feitura de Diplomas Legais no Âmbito de Competência Consultiva

Relativamente a esse domínio, registou-se duas solicitações, nomeadamente:

1. Proposta de Decreto Legislativo que aprova o I Código do Procedimento Administrativo, solicitado pelo Ministério da Modernização e Administrativa;
2. Proposta de lei sobre as regras e os procedimentos para consolidação, sistematização e divulgação efetiva de informações financeiras, orçamental, contabilístico e das finanças públicas em aplicação do princípio da concorrência plasmado no Capítulo VI, da lei nº 55/IX/2019 de 1 de julho.

5.2.9. Prestar Esclarecimentos Técnicos sobre a Legislação, no Âmbito de Competência Regulamentar

As informações respeitantes a este ponto foram tratadas e apresentadas conjuntamente com os pareceres técnicos sobre interpretação das normas no ponto 5.2.12, supra.

5.2.10. Elaborar a Lista de Não Elegíveis

A elaboração e publicação de uma lista de não elegíveis está diretamente associada a aplicação de uma sanção acessória decorrente de um processo de contraordenação instaurada contra uma entidade por fatos praticados e tipificados como ilícito suscetível de aplicação de uma sanção de inibição de participação nos procedimentos de contratação pública por determinado período de tempo.

Foi elaborado e explicitado os critérios suscetíveis de aplicação dessa sanção acessória, e esses critérios serão alvo de publicação por meio de uma diretiva com vista a dar a conhecer aos principais interessados do sistema nacional da contratação pública.

5.2.11. Elaborar Proposta de Revisão do Estatuto da CRC

A ARAP procedeu a revisão do Estatuto da CRC com vista a respetiva atualização. No entanto, considerando que está em curso o processo de revisão do Código da Contratação Pública, CCP e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos, RJCA, pretende-se submeterem ao Governo em um único pacote em 2024.

5.2.12. Elaborar Manual de Formação para Capacitação dos Júris

Com vista a realização de formação destinamos aos membros do júri responsáveis pela avaliação dos procedimentos de contratação pública, foi elaborado o manual para efeito. Pretende-se realizar ações de capacitação para melhorar a atuação dos mesmos a partir de 2024.

5.2.13. Instauração de Processos de Contraordenação

Neste tópico importante referir que ARAP já foi implementado a nível orgânico um gabinete responsável por esta matéria. No entanto, por falta de recursos humanos,




apenas foi criado instrumentos que permitirão implementar com eficácia os processos de contraordenação.

5.2.14. Notificação Advertência

Este ponto segue na íntegra o que foi mencionado no ponto anterior, por ser uma incumbência do Gabinete de Contraordenação.

5.2.15. Promover Eventos Diversos sobre a Contratação Pública

No que toca a promoção de eventos relacionados com a contratação pública, foi realizado eventos diversos que constam no plano de atividades bem como outros eventos relacionados com a temática quer realizado pela ARAP quer realizado por outras entidades ou em parceria, de entre os quais aponta os seguintes:

Realizados pela ARAP:

1. Auscultação de intervenientes para revisão do Código da Contratação Pública (CCP) e Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA);
2. Workshop de partilha de informações e experiência sobre a implementação da Plataforma Eletrónica da Contratação Pública e interligações ao portal Base de Portugal;
3. Workshop de validação das conclusões da avaliação do Sistema Nacional da Contratação Pública (SNCP) com MAPS II;
4. Workshop sobre a Avaliação do Sistema Nacional da Contratação Pública (SNCP), através da metodologia MAPS II;
5. Comemoração do 15º aniversário com o tema Regulação e o Planeamento Estratégico da Contratação Pública;
6. Palestra sobre Regulação e a Atuação dos Intervenientes do Sistema Nacional da Contratação na UNICV e ISCEE no programa de aniversário da ARAP;
7. Seminário sobre inovação em compras públicas no âmbito do 15º aniversário da ARAP;
8. Sensibilização dos operadores económicos e demais intervenientes na Feira Internacional de Cabo Verde-FIC2023.

Organizados por terceiros:

1. Workshop em contratação pública no âmbito da capacitação técnica dos técnicos e parceiros do Cofre dos Tribunais e do Ministério Público (CTMP);
2. Apresentação sobre Reforma da Contratação Pública apresentado pela PCA da ARAP no evento do Tribunal de Contas;
3. Partilha de informações no workshop de consulta nacional sobre ODS;



4. Participação na 3ª Assembleia Geral da African Public Procurement Network (APPN);
5. Seminário sobre oportunidades de negócios na Câmara de Comércio Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS);
6. Participação na X Conferência Anual dos Órgãos de Controlo Interno(OECI) da CPLP.

5.2.16. Efetuar Publicações no Âmbito da Competência de Informação e Publicidade da ARAP

Conforme consta no âmbito da competência de Informação e Publicidade, a ARAP deve publicar no seu site www.arap.cv um conjunto de informações e documentos.

Assim em 2023, foram publicados os seguintes documentos: Plano de Atividades 2023; Orçamento 2023; Relatório de Atividades 2022; Registo de contratos efetuados pela ARAP em 2022, Conta gerência 2022, Diretivas; Deliberações da CRC; Relatórios de Auditoria 2022; Lista de UGA acreditadas; Fichas de contratos de entidades adjudicantes 2023. Sendo que no total foi contabilizado 91 documentos, sendo que destes 6 são referentes a prestação de contas e os restantes referente a atividade-fim.

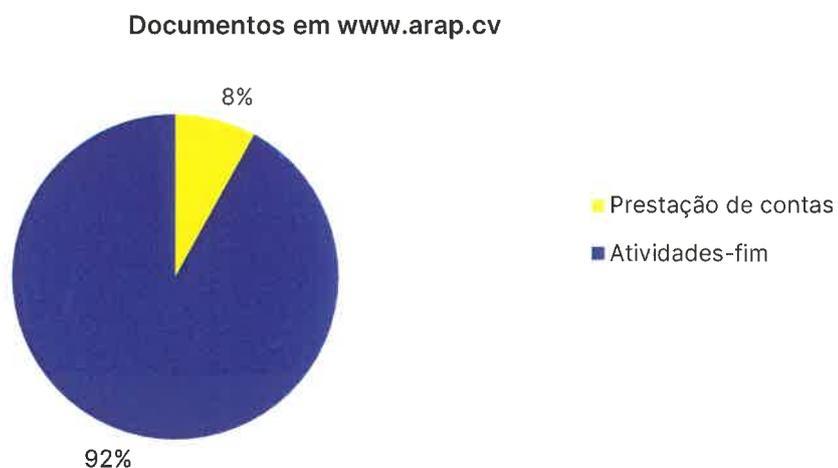


Gráfico 24 - Documentos em www.arap.cv

5.2.17. Criar Identidade Visual para Publicações Diversas e Assegurar a Captação de Registo Audiovisuais

Esta atividade traduziu na criação de imagens para todas as publicações da ARAP, totalizando 144 artes de publicação online e impreso; Captação e tratamento de fotos, nos quais registou-se 49 eventos com necessidade de captação de imagens; e ainda nas atividades de acompanhamento de fornecedores materiais gráficos, entre outros.



5.2.18. Reforçar a Imagem e Identidade Institucional

Esta atividade inclui a elaboração e aplicação de um questionário anual de satisfação a todos os intervenientes do SNCP, cujo objetivo é efetuar o diagnóstico da imagem institucional da ARAP face aos públicos com o fim é verificar se há uma perceção do cumprimento da missão da ARAP.

Comprimeto de missão da ARAP

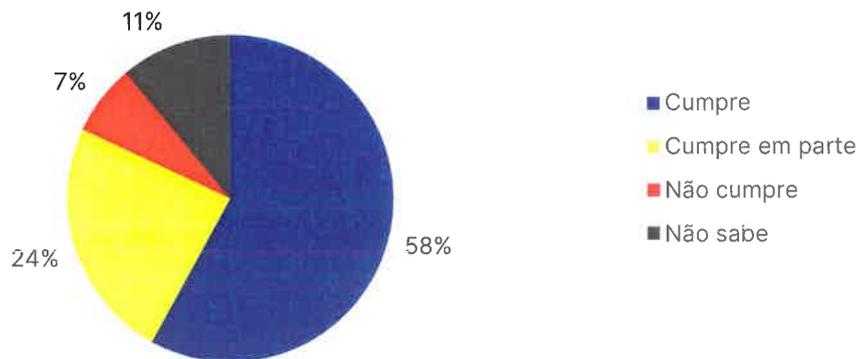


Gráfico 25 - Cumprimento de missão da ARAP

5.2.19. Sensibilizar e Partilhar Informação e Conhecimentos com os ISNCP e Parceiros

No âmbito desta atividade foi realizada atividade de partilha de conhecimentos com as Universidades e produzido informações para publicação nos meios de comunicação social, bem como produção de conteúdos para divulgação no jornal.

5.2.20. Divulgar e Atualizar Conteúdos no Site e Redes Sociais

Durante o ano 2023 totalizaram 9 canais digitais de utilização na ARAP, tendo sido publicado mais de uma centena de informações relacionadas a contratação pública.

Refira-se que a partilha de informações nos canais de comunicação digitais, em particular o site e as redes sociais da ARAP demandam um esforço constante da equipa do GCI, uma vez que, são instrumentos que tem funcionalidades que atualizam e desatualizam com frequência.

Pelo que a divulgação nesses canais requer que os colaboradores não só produzam conteúdos, mas que estejam atualizados sobre funcionalidades. E, neste sentido os colaboradores do GCI tem estado constantemente a se auto capacitarem.



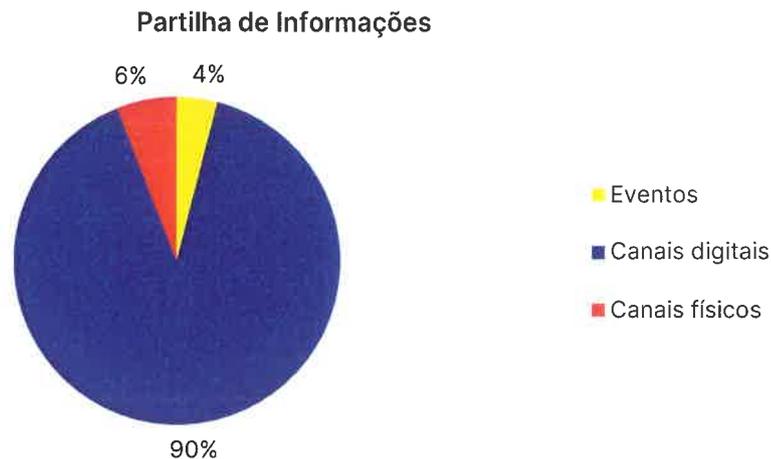


Gráfico 26 - Partilha de informações

5.2.21. Elaborar e Rever Normas e Instrumentos de Comunicação

No que toca a normas e instrumentos de comunicação foi elaborado a política de privacidade para o site da ARAP; revisto a Política de Comunicação e atualizado o Manual de Normas Gráficas. Foi igualmente feito o levantamento e análise das funcionalidades dos meios e instrumentos de comunicação da ARAP, visando a sua eficaz utilização.

5.2.22. Elaborar o manual de auditoria aos procedimentos da contratação pública

A elaboração do Manual é uma das iniciativas que visa auxiliar os auditores da ARAP nos trabalhos de auditorias aos procedimentos de Contratação Pública.

Este manual foi desenvolvido com o objetivo de fornecer orientações, técnicas e informações úteis sobre a realização de auditorias aos procedimentos de contratação pública.

Ele oferece insights sobre o processo de auditoria que a ARAP conduz e como garantir a conformidade das entidades adjudicantes com o Código de Contratação Pública em vigor e diretivas emitidas pelas entidades competentes.

O manual é composto por oito capítulos incluindo a parte dos anexos, ordenados segundo a lógica de abordagem da auditoria, com uma análise baseada no risco e visa sistematizar e normalizar a aplicação prática dos princípios de auditoria internacionalmente aceites, no sentido de habilitar os auditores a corresponder aos requisitos que lhes são exigidos pelas metodologias de auditoria.

O manual de auditoria de conformidade da ARAP adota, com as adaptações necessárias, as seguintes normas: ISSAI 400.35, 4000.118, 4000.179, 4000.144, e 130.

Cada uma dessas normas fornecem orientações específicas para a realização de auditorias de conformidade: A ISSAI 400.35 aborda o processo de avaliação do controle

interno de uma entidade governamental. A ISSAI 4000.118 fornece orientação sobre como identificar e avaliar riscos relevantes para a auditoria. A ISSAI 4000.179 oferece diretrizes para a realização de entrevistas em auditorias a entidades governamentais. A ISSAI 4000.144 trata da documentação da auditoria e a ISSAI 130 fornece orientações sobre a comunicação dos resultados da auditoria.

A adoção dessas normas pela ARAP demonstra o compromisso com a excelência na realização de auditorias de conformidade, fornecendo uma base sólida para a realização de auditorias de alta qualidade e confiáveis.

Auditoria

Uma das atividades explanadas no Plano de Atividades da ARAP para 2023 e em particular da DSAE, vai de encontro com a materialização do Plano de auditoria aos procedimentos da contratação pública realizados em 2022, tendo como objetivo principal a verificação do grau de cumprimento das regras de contratação pública explanada na Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril, que aprova o Código da Contratação Pública pelas entidades adjudicantes.

Com efeito, o artigo 12º, alínea c), do Decreto-Lei nº 55/2015, de 9 de outubro, que aprova o Estatuto da ARAP, estabelece que cabe a mesma, planejar, organizar e conduzir auditorias ao sistema e aos procedimentos de contratação pública, do ponto de vista do cumprimento da legislação de contratação pública e da conformidade com a regulamentação aplicável. **Assim num universo de 127 entidades**, identificados no ano 2023, foram selecionadas 23 entidades para auditoria.

Tabela 14 - Entidades selecionados para a Auditoria

Auditoria
Administração direta
Ministério da Saúde – MS
Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação – MIOTH
Ministério da Agricultura e Ambiente – MAA
Ministério da Educação – ME
Ministério da Família e Inclusão Social – MFIS
Ministério da Justiça – MJ
Autarquias Locais
Câmara Municipal de Santa Cruz – Santiago – CMSCZ
Câmara Municipal de São Filipe – Fogo - CMSF
Câmara Municipal de São Salvador do Mundo – Santiago – CMSSM
Câmara Municipal de Santa Catarina – Fogo – CMSC
Câmara Municipal de Boavista – CMBV



Empresas Públicas
Infraestruturas de Cabo Verde - ICV
Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação – NOSI
Instituto de Fomento à Habitação – IFH
Institutos Públicos
Comissão Nacional de Eleição – CNE
Hospital Agostinho Neto – HAN
Instituto de Apoio e Promoção Empresarial – PROEMPRESA
Instituto do Desporto e da Juventude - IDJ
Instituto do Mar - IM
Instituto do Turismo de Cabo Verde - ITCV
Instituto Nacional de Estatística - INE
Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário - INIDA
Órgãos de Soberania
Presidência da República - PR

Nas auditorias realizadas, foram identificados 728 procedimentos na qual 278 foram auditados.

O quadro a seguir apresenta a relação de procedimentos identificados e auditados nas entidades adjudicantes:

Tabela 15 - Procedimentos identificados e auditados nas entidades adjudicantes

Tipo de procedimento	Total de Procedimentos	% Por Tipo	Procedimentos auditados	% Auditado
Concurso Público	36	4,9%	30	83,3%
Concurso Restrito	54	7,5%	26	48,1%
Ajuste Direto	638	87,6%	222	34,7%
Total Geral	728	100%	278	38,2%



5.2.23. Realizar Auditorias às Empresas Públicas

Foram contempladas 3 Empresas Públicas, cujo a taxa de conformidade está ilustrada no gráfico abaixo:

- Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação;
- Infraestruturas de Cabo Verde;
- Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.

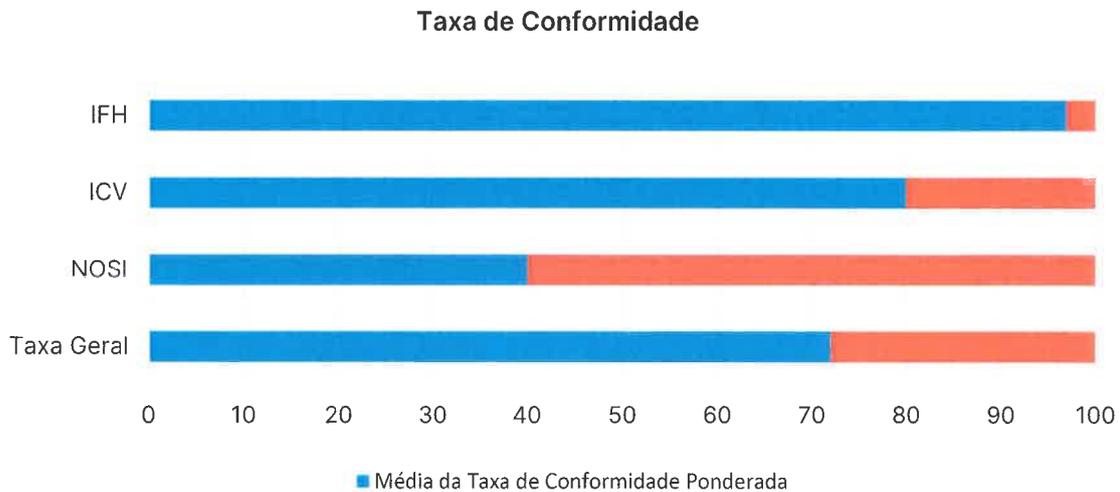


Gráfico 27 - Taxa de conformidade da auditoria feita às Empresas Públicas

5.2.24. Realizar Auditorias aos Ministérios

Abaixo segue a taxa de conformidade verificada nos 6 Ministérios que foram realizadas as auditorias:

- Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação;
- Ministério da Educação;
- Ministério Da Saúde;
- Ministério da Justiça;
- Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social.



Taxa de Conformidade

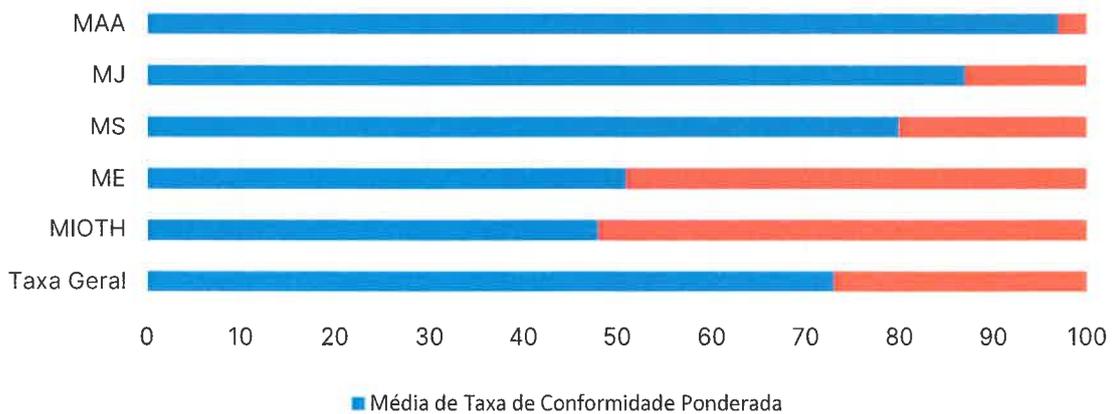


Gráfico 28 - Taxa de conformidade da auditoria feita aos Ministérios

A auditoria dos procedimentos de contratação pública no Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social se resumiu em uma reunião de apresentação de objetivos desta ação e desafios que a entidade enfrenta na condução de processos de contratação. A entidade não realizou qualquer procedimento de contratação com contratos escritos.

5.2.25. Realizar Auditorias as Câmaras Municipais

As 5 Câmaras Municipais apresentam as seguintes taxas de conformidades, conforme verificado no gráfico abaixo:

- Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, Santiago;
- Câmara Municipal de Santa Catarina, Fogo;
- Câmara Municipal de Boavista;
- Câmara Municipal de Santa Cruz, Santiago;
- Câmara Municipal de São Filipe, Fogo;

Taxa de Conformidade

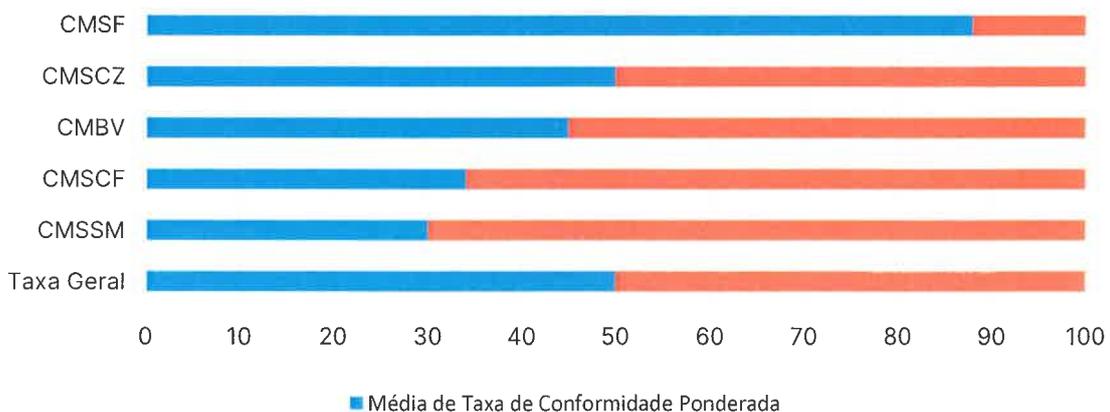


Gráfico 29 - Taxa de conformidade da auditoria feita às Câmaras Municipais

5.2.26. Realizar Auditoria a Órgãos de Soberania

A Presidência da República, abaixo designado por PR, foi o Órgão de Soberania a qual foi feita a auditoria para verificar a taxa de conformidade, conforme expõe o gráfico:

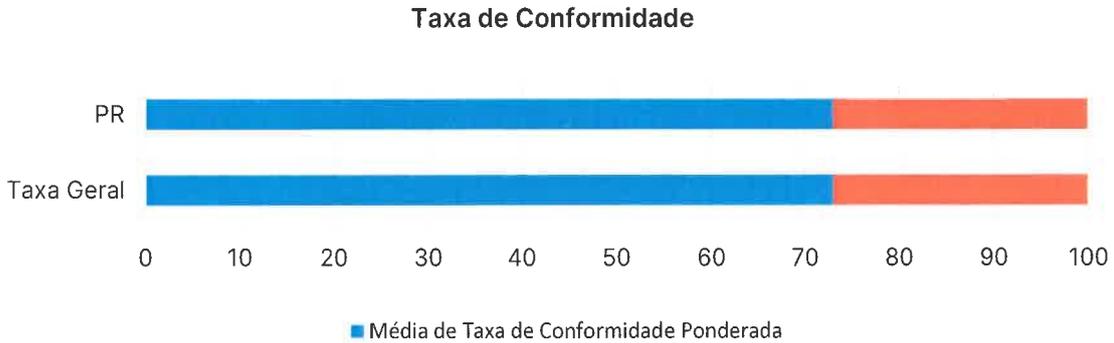


Gráfico 30 - Taxa de conformidade da auditoria feita aos Órgãos de Soberania

5.2.27. Realizar Auditorias aos Institutos Públicos

Os Institutos Públicos que materializaram o Plano de auditoria aos procedimentos de contratação pública, explanam as seguintes taxas de conformidades:

- Instituto Do Desporto e da Juventude;
- Hospital Agostinho Neto;
- Instituto Do Turismo de Cabo Verde;
- Comissão Nacional de Eleição;
- Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto de Apoio e Promoção Empresarial;
- Instituto do Mar;
- Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário.

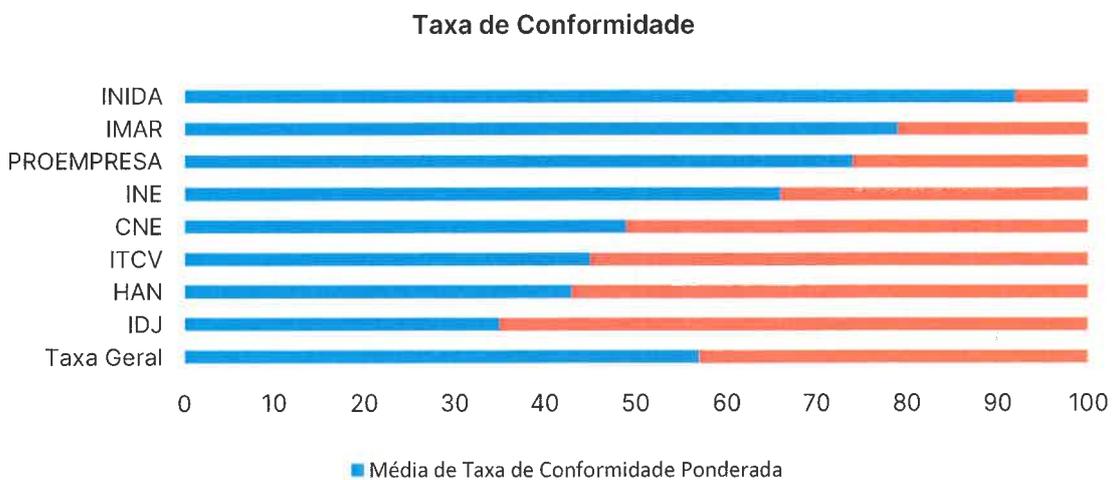


Gráfico 31 - Taxa de conformidade da auditoria feita às Empresas Públicas



Supervisão

No seguimento do Plano de Atividades da ARAP, para ser executado durante o ano 2023, contempla a supervisão dos procedimentos de contratação pública realizadas durante o ano em curso.

Conforme o artigo 13º, alínea c), do Decreto-Lei nº 55/2015, de 09 de outubro, que aprova o Estatuto da ARAP, cabe a mesma, estabelecer mecanismos de Supervisão e de Monitorização contínuo do Sistema Nacional da Contratação Pública, com vista a monitorar e corrigir erros na aplicação do Código de Contratação Pública e respetivos regulamentos. Assim num universo de 127 entidades, identificados no ano 2023, foram selecionadas 37 entidades para supervisão.

Tabela 16 - Entidades selecionados para supervisão

Tipo de Entidade	Entidades Adjudicantes	Procedimentos em Andamento	Procedimentos Fechados
Administração Direta	Ministério Da Modernização Do Estado E Da Administração Publica	2	12
	Ministério da Coesão Territorial	-	-
	Ministério das Comunidades	-	4
Autarquias Locais	Câmara Municipal da Brava (Online)	2	2
	Câmara Municipal de São Vicente	-	20
	Câmara Municipal de São Domingos - Santiago	2	-
	Câmara Municipal Maio	-	7
	Câmara Municipal Praia	10	-
	Câmara Municipal Ribeira Grande de Santiago	1	3
	Câmara Municipal Santa Catarina Santiago	2	9
	Câmara Municipal São Miguel	4	6
	Câmara Municipal Tarrafal	-	4
Empresas Públicas	Agência de Notícias	1	4
	Aviação e Segurança Aérea	1	7
	Bolsa de Valores de Cabo Verde	-	5
	Cabo Verde Estaleiros Navais SA	-	-
	Correios de Cabo verde	4	8
	Feira Internacional de Cabo Verde, S.A.	-	-
	Imprensa Nacional de Cabo Verde	-	5
	Laboratório de Engenharia Civil	1	1
Pró-Capital	-	-	



	Radio Televisão Cabo-verdiana	-	6
	Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio	-	-
	Sociedade Nacional de Engenharia, Rural e Florestal	-	2
Entidades Reguladoras	Agência de Aviação Civil	-	3
	Agência Reguladora Multissetorial de Economia	6	14
	Autoridade Reguladora para a Comunicação Social	-	-
	Comissão Nacional de Proteção de Dados	-	-
Institutos Públicos	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar - FICASE	-	3
	Hospital Batista de Sousa	-	7
	Hospital São Francisco de Assis	-	-
	Instituto Marítimo e Portuário	1	4
	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica	1	5
	Universidade Técnica do Atlântico	-	-
	Região Sanitária Santiago Norte	-	-
	Polícia Judiciária	-	3
	Polícia Nacional	1	3
Total		39	147

A supervisão foi realizada a 186 procedimentos sendo 39 processos em andamento e 147 fechados.

5.2.28. Realizar Supervisão aos Institutos Públicos

A supervisão sucedeu nos seguintes Institutos Públicos, apresentando a taxa de conformidade abaixo:

- Polícia Judiciária;
- Instituto Marítimo e Portuário;
- Hospital Batista de Sousa;
- Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica;
- Polícia Nacional;
- Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar;
- Hospital São Francisco de Assis;
- Universidade Técnica do Atlântico;
- Região Sanitária Santiago Norte.




Taxa de Conformidade



Gráfico 32 - Taxa de conformidade da supervisão feita aos Institutos Públicos

No Hospital São Francisco de Assis não foi celebrado nenhum contrato escrito com os fornecedores.

Quanto a Universidade Técnica do Atlântico foi solicitada o envio das peças de contratação, a qual a equipa de supervisão não tiveram acesso.

E por fim, a Região Sanitária Santiago Norte que segundo as informações recolhidas junto ao responsável indicado pela entidade, as aquisições são feitas de acordo com as necessidades, gestão corrente, pelo que não ultrapassam os 300.000 ECV, caracterizado como uma tramitação simplificada.

5.2.29. Realizar Supervisão aos Ministérios

Quanto aos ministérios escolhidos, abaixo se ilustra a taxa de conformidade:

- Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública;
- Ministério da Coesão Territorial;
- Ministério das Comunidades.

Taxa de Conformidade

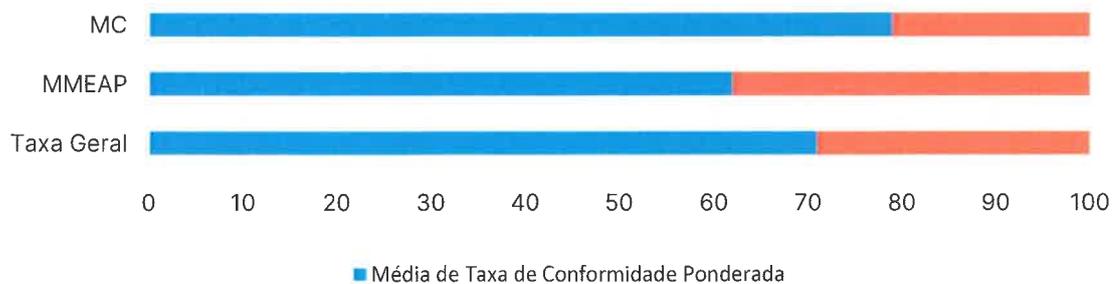


Gráfico 33 - Taxa de conformidade da supervisão feita aos Ministérios



O Ministério da Coesão Territorial foi possível constatar que, não foi conduzido nenhum processo de contratação no corrente ano.

5.2.30. Realizar supervisão às empresas públicas

As Empresas Públicas contempladas com a supervisão dos procedimentos de contratação pública realizadas durante o ano em curso, apresentam as seguintes taxas de conformidades:

- Radio Televisão Cabo-verdiana;
- Sociedade Nacional de Engenharia, Rural e Florestal;
- Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- Correios de Cabo verde;
- Agência de Notícias;
- Imprensa Nacional de Cabo Verde;
- Laboratório de Engenharia Civil;
- Aviação e Segurança Aérea;
- Cabo Verde Estaleiros Navais, S.A.;
- Feira Internacional de Cabo Verde, S.A.;
- Pró-Capital;
- Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio.

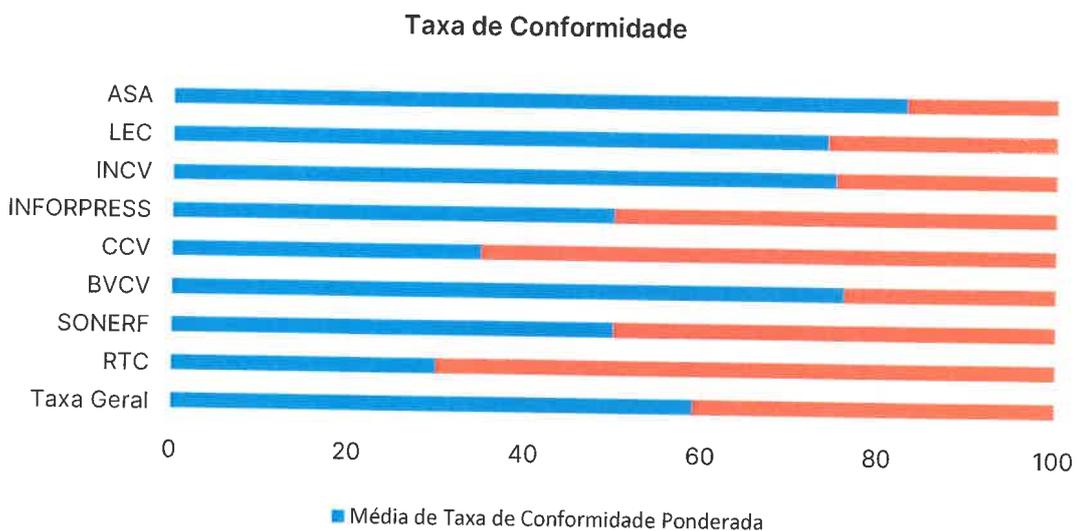


Gráfico 34 - Taxa de conformidade da supervisão feita às Empresas Públicas

Na Cabo Verde Estaleiros Navais, S.A. os procedimentos são feitos sem contrato escrito não possibilitando a determinação da taxa de conformidade.

Na Feira Internacional de Cabo Verde, S.A., as aquisições são feitas de acordo com as necessidades de cada feira/evento. Grande parte das atividades da feira são feitas em parceria, pelo que os valores das aquisições não ultrapassam os 300.000 ECV.



Na Pró Capital, foi informado que, ao longo de 2023, a entidade realizou três procedimentos de contratação, todos para prestação de serviços.

Quanto a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio não foi celebrado qualquer contrato de fornecimento de bens, serviços ou empreitadas de obra.

5.2.31. Realizar Supervisão às Agências Reguladoras

A Agência de Aviação Civil (AAC), a Agência Reguladora Multissetorial de Economia (ARME), Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC) e a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) foram as Agências Reguladoras escolhidos para a supervisão dos procedimentos de contratação pública. O gráfico abaixo apresenta a taxa de conformidade das agências reguladoras:

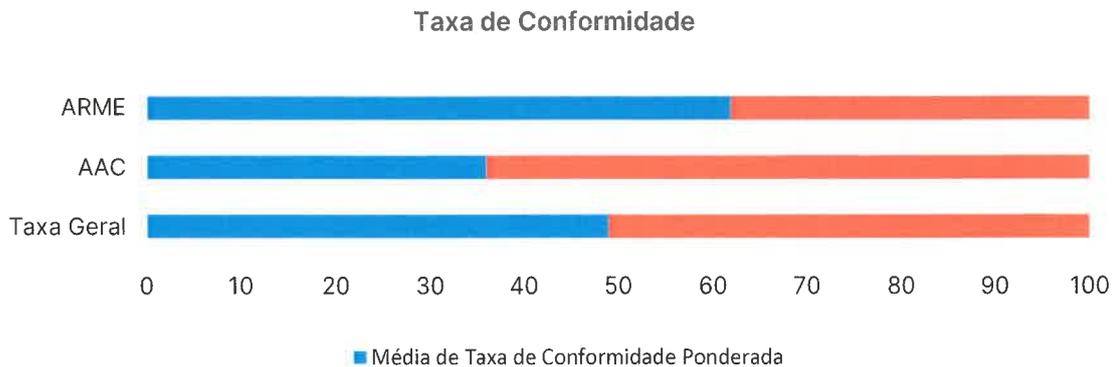


Gráfico 35 - Taxa de conformidade da supervisão feita às Agências Reguladoras

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), informou que nenhum contrato de aquisição foi celebrado durante o ano 2023 o mesmo acontece com a Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC).

5.2.32. Realizar Supervisão às Câmaras Municipais

A conformidade verificada nas Câmaras Municipais, foi ilustrada no gráfico abaixo:

- Câmara Municipal Tarrafal;
- Câmara Municipal de São Vicente;
- Câmara Municipal Ribeira Grande de Santiago;
- Câmara Municipal da Brava;
- Câmara Municipal de São Domingos (Santiago);
- Câmara Municipal São Miguel;
- Câmara Municipal Praia;
- Câmara Municipal Santa Catarina (Santiago);
- Câmara Municipal Maio.



Taxa de Conformidade

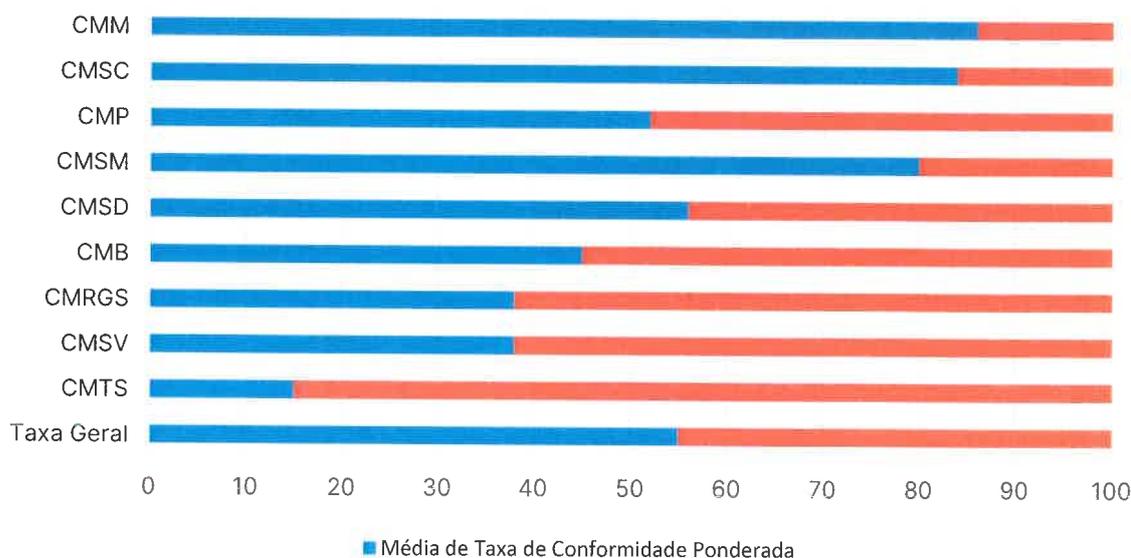


Gráfico 36 - Taxa de conformidade da supervisão feita às Câmaras Municipais

5.2.33. Realizar o Estudo sobre a Legalidade nos Procedimentos de Empreitadas de Obras Públicas no Período de 2019 a 2022

Esta atividade delinea o processo de formação de contratos de empreitada, com ênfase particular na legalidade dos procedimentos observados durante as atividades de auditoria e supervisão realizadas entre 2019 a 2022.

A empreitada, é um contrato frequentemente utilizado na construção civil e em outros domínios, implica a execução de uma obra ou serviço por um contratado, em troca de uma remuneração acordada. O empreiteiro, responsável pela execução da obra, assume a responsabilidade pela sua realização de acordo com as especificações previamente estabelecidas. São considerados alguns pontos chaves associados ao conceito de empreitada:

1. Objeto do contrato;
2. Fixação de preço;
3. Responsabilidade do empreiteiro;
4. Materiais e mão de obra;
5. Prazo de execução;
6. Alterações do projeto;
7. Avaliação e entrega da obra.

A análise de dados provenientes de auditorias e supervisões possibilita a identificação de inconformidades, destacando áreas específicas que necessitam de atenção especial durante o processo de formação de contratos de empreitadas.



As principais inconformidades observadas nos contratos de empreitada, excluindo situações de urgências e emergências, estão frequentemente relacionadas à ausência de uma adequada planificação das obras; escolha de procedimento sem fundamentação; projetos de construção inexistentes; não apresentação de alvarás de empreiteiros; documentos de procedimentos inconsistentes e a falta de registos de avaliações.

Em suma, este documento destaca as lacunas e deficiências nos processos de contratação pública em Cabo Verde, com foco especial nos contratos de empreitada. Ao analisar o enquadramento legal, as fases de formação de contratos e os resultados de auditorias e supervisões recentes, pela análise dos dados destas duas ações, evidenciam que há uma série de inconformidades, que passa pela fase de planeamento à elaboração de documentos de procedimento, a escolha adequada de procedimento e a transparência no processo de avaliação. Torna-se assim, imperativo melhorar a planificação, a transparência e a eficiência dos processos de contratação, além de garantir o estrito cumprimento das normas legais vigentes. Aperfeiçoar esses aspetos não apenas promoverá a integridade e a eficácia das contratações de empreitadas de obras, mas também fortalecerá a confiança e a credibilidade nas instituições responsáveis por esses processos.

5.2.34. Desenvolver uma Metodologia Ativa de Recolha de Informação sobre a Contratação Pública (Sistema de Informação)

A metodologia da recolha da informação da contratação pública desenvolvida consiste sistematização da informação e dados da contratação pública, conciliando os diferentes momentos do processo, nomeadamente a publicação de informação da contratação pública no portal e jornal, a supervisão e auditorias realizadas ao processo da contratação pública, a cobrança de emolumentos e o envio das fichas de contratos por parte das entidades adjudicantes. Com base nos dados recolhidos em diferentes bases de informação é possível tratar informações, e verificar o valor envolvido ao processo da contratação pública. De seguida apresenta-se o fluxograma das diferentes bases de informação que compõe o SARICP.

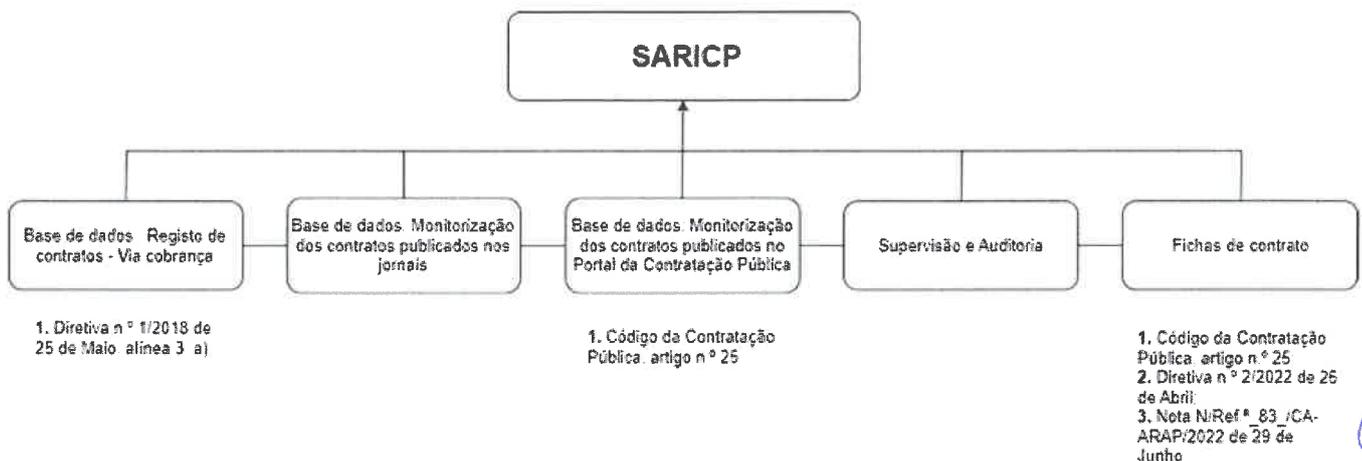


Figura 2 - Sistema de Informação

Base de Dados Registo de Contratos

Tabela 17 - Contratos registados e pagos DUC em 2023

Tipos de contrato	Contrato		Valor Emolumento	Peso Emol. (%)
	Quantidade	Valor		
Aquisição de serviços	54	428.800.669	1.861.370	5,71%
Empreitada de obras públicas	163	4.941.384.152	21.480.434	65,92%
Locação e aquisição de bens móveis	146	1.780.614.077	7.741.138	23,76%
Serviço de consultoria	149	346.553.066	1.504.337	4,62%
Concessão de obras públicas	0	0	0	0,00%
Total	512	7.497.351.964	32.587.279	100,0%

Tabela 18 - Contratos registados e pagos DUC em 2023 por tipos de procedimento

Tipos de procedimento	Contrato		Valor Emolumento	Peso (%)
	Quantidade	Valor		
Ajuste direto	315	2.186.219.478	9.499.192	29,15%
Concurso público	85	4.073.064.750	17.708.344	54,34%
Concurso restrito	72	878.477.964	3.812.860	11,70%
Serviço de consultoria	2	18.889.440	82.165	0,25%
Sem informação	37	340.700.331	1.484.718	4,56%
Total	512	7.497.351.963	32.587.279	100,0%

Tabela 19 - Natureza do adjudicatário nos contratos registados e pagos DUC em 2023

Natureza do adjudicatário	Nº de adjudicatário	Valor Emolumento	Peso (%)
Entidade Estrangeira	108	4.616.624	14,17%
Entidade Nacional	309	27.412.791	84,12%
Singular Estrangeira	20	60.294	0,19%
Singular Nacional	74	497.570	1,53%
Total	511	32.587.279	100,0%



Monitorização das Publicações dos Procedimentos

Relativamente a monitorização das publicações dos procedimentos da contratação pública no portal e nos jornais, foram registados um total de 150 publicações dos procedimentos de concursos realizados pelas entidades adjudicantes, sendo que 71% foram publicados no jornal e 29% no portal, conforme o gráfico infra.

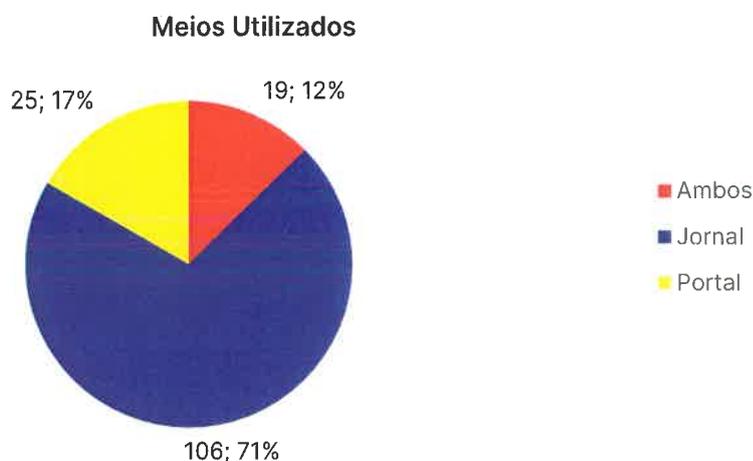


Gráfico 37 - Meios utilizados

De acordo com os artigos 24º e 25º do CCP, os procedimentos da contratação pública devem ser publicitados no portal da contratação pública.

A publicação dos procedimentos da contratação públicas em outros meios é facultativa. Daí que são consideradas desconformes com o CCP, todas as publicações que foram apenas efetuadas nos outros meios sem que sejam igualmente efetuadas no portal.

O Quadro a seguida apresenta todas as publicações feitas em conformidade com o CCP.

Tabela 20 - Publicações conformes com o CCP

Meios Utilizado/ Entidade	Nº de Publicação
Ambos	19
ANAS	1
CMP	4
ENAPOR	2
FICASE	1
INGT	1
INPS	2
MAA	4
MFFE	2



MIOTH	1
PR	1
Portal	16
MAI	1
ASA	2
CMP	3
CMSF	7
ENAPOR	8
MFFE	1
MIOTH	2
Total Geral	43

O Quadro a seguida apresenta todas as publicações feitas em desconformidade com o CCP.

Tabela 21 - Publicações desconformidade com o CCP

Meios Utilizado/Entidade	Nº de Publicação
Jornal	
A.N.	1
ADS	12
ANAS	3
ARME	2
AZEEMSV	2
BCV	7
CMBV	1
CMMOST	1
CMPL	2
CMPN	1
CMRB	2
CMRGA	1
CMRGST	3
CMS	12
CMSCST	2
CMSCZ	1
CMSM	3
CMSSM	2
CMSV	2



CNAD	1
CVB	1
CVHANDLING	1
ECV	11
ENAPOR	1
ICV	20
IFH	3
INE	1
MAA	2
ME	2
MIOTH	1
MS	2
MTT	1
Total Geral	107

5.3. Reforço Organizacional

5.3.1. Implementar uma Ferramenta para Controlo e Seguimento de Conta Gerência e Balancetes

Esta iniciativa teve como propósito, contratação de um serviço de consultoria para preparação e elaboração do relatório e conta de Gerência da ARAP relativo ao ano económico de 2022, bem como a submissão na plataforma do TCCV, ao mesmo tempo disponibilizar a equipa técnica ferramentas de controlo e seguimento e prestação de conta gerência nomeadamente, ficheiros de preenchimento automático das informações contabilísticas, conforme os 18 modelos constantes na resolução n.º 06/2011, de 19 de abril de 2022, disponibilização das informações dos procedimentos a adotar por forma a garantir uma efetiva controlo dos saldos financeiros da instituição, ficheiro de controlo de diário de caixa e diário do Banco, entre outros.

Esta iniciativa permitiu a ARAP, dentro do prazo estabelecido pela lei entregar o relatório e conta de gerência do ano de 2022, melhorar informação sobre prestação de conta de Gerência, melhorar informação sobre a disponibilidade Financeira existente, formar e Preparar os colaboradores no uso das ferramentas do controlo da conta da disponibilidade financeira e consequentemente prestação de contas.

5.3.2. Elaborar o Relatório de Atividades 2022

O referido relatório espelha as atividades realizadas e não realizadas pela ARAP bem como as dificuldades encontradas na execução das atividades e as propostas / sugestões de melhoria visando ultrapassá-las. O grau de cumprimento do Plano de Atividades de 2023 é de 83%. A taxa de execução das atividades quando comparado com a taxa de execução do orçamento de 95%, para nós é extremamente positivo, levando em consideração o n.º limitado do corpo técnico existente na instituição.



5.3.3. Contratação de Serviços de Consultoria para Revisão do CCP & RJCA e os seus Respetivos Documentos Estandardizados

Após o lançamento do concurso restrito, foi contratada a Empresa de Consultoria PLMJ para a revisão do CCP e do RJCA e os respetivos documentos estandardizados. A pedido dos consultores, foi realizado um Workshop para auscultar os intervenientes do sistema nacional de contratação pública, onde saiu várias recomendações e input's que após a análise técnica e jurídica poderão vir a serem incorporadas na proposta de revisão do CCP, RJCA e dos documentos estandardizados.

5.3.4. Efetuar o Levantamento de Necessidades de RH para o Ciclo Estratégico

Até finais do ciclo estratégico, em 2026, estima-se que a ARAP duplique o seu corpo técnico, atingindo um total de 30 colaboradores.

De realçar, contudo, que para o seu cumprimento, algumas variáveis deverão ser consideradas como sejam a autorização para o recrutamento de novos colaboradores, o aumento da capacidade logística para acomodar os novos colaboradores, pois como se sabe, as instalações atuais da ARAP estão projetadas para comportarem um total de 20 colaboradores entre chefias intermédias, corpo técnico e secretariado executivo.



5.3.5. Recrutar Novos Colaboradores para Ingresso na ARAP

Durante o ano de 2023, a ARAP deu início ao processo de recrutamento e seleção, para o ingresso de (3) três técnicos superior para as funções de auditor, jurista e informático. Após a conclusão do processo de recrutamento, deu-se início a execução do plano de acolhimento e integração dos novos colaboradores na instituição e nas respetivas funções.

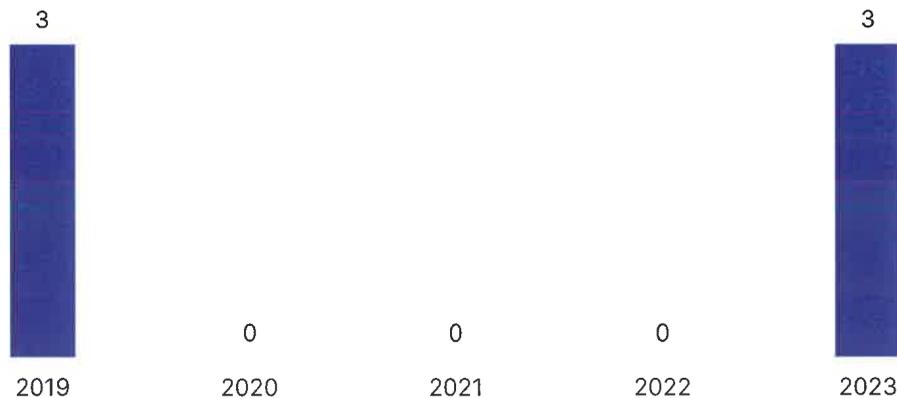


Gráfico 39 - Recrutamento de novos colaboradores

No processo de gestão de recursos humanos, a ARAP avalia a satisfação do plano de acolhimento e integração de novos colaboradores que mereceu uma classificação bastante positiva em 2023, mantendo a tendência dos anos anteriores, conforme o gráfico abaixo.

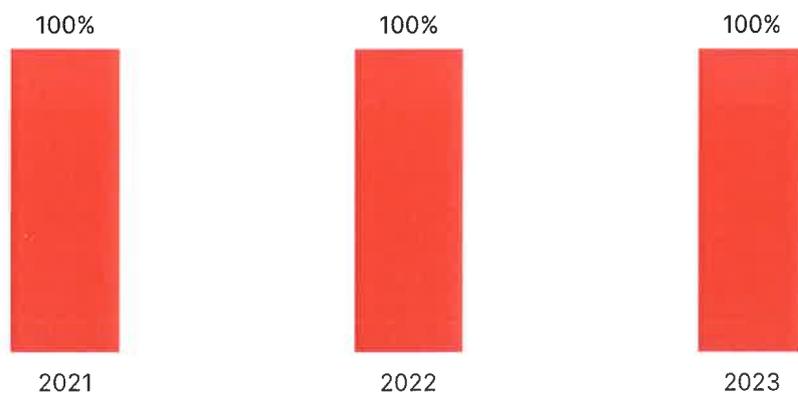


Gráfico 38 - Avaliação da satisfação do plano de acolhimento

Findo o processo de recrutamento e seleção dos 3 técnicos, acreditamos que foi dado um passo importante na alavancagem das atividades da ARAP, e para o cumprimento da missão da instituição, colmatando o défice de recursos humanos existentes e responder



as demandas dos parceiros no sistema nacional da contratação pública com maior eficácia e eficiência.

1. Pessoal Contratado e Satisfação com o Acolhimento

Durante o ano de 2023 a ARAP recrutou uma nova Secretária Executiva do CA e da CRC, através de um Short List, tendo sido selecionada uma colaboradora Licenciada em Direito. Igualmente em 2023, através do mecanismo de mobilidade da Administração Pública, foi requisitada uma técnica superior com formação económica para a DRFA, para suprir as necessidades de recursos humanos.



Gráfico 40 - Contratação do pessoal e Satisfação com o acolhimento

5.3.6. Elaborar e Efetuar o Seguimento e Monitorização do Plano de Atividades 2023

Durante o ano 2023, é feita a monitorização / acompanhamento trimestral do grau de realização das atividades, através do Mapa de Monitorização. Este instrumento permite-nos ajustar as metas inicialmente definidas, bem como definir novas ações corretivas e de melhoria e ainda responder aos requisitos da Norma ISO 9001.

Através da monitorização do plano de atividades, podemos concluir que em 2023 a taxa de execução foi de 83%.

5.3.7. Identificar e Definir os Requisitos do Sistema de Informação de Suporte à Atividade da ARAP

1. Em concertação com o informático sénior da ARAP, ficou assente que para a ARAP poder desenvolver a automatização de processos e atividades através de aplicações informáticas que ainda se encontram em falta, deve:
2. Efetuar o levantamento total de todos os processos e atividades desenvolvidas pela ARAP, mesmo as que já se encontram informatizados;
3. Aplicar uma análise profunda dos processos por forma a garantir que os mesmos poderão ser melhorados traduzindo assim numa melhor otimização;

4. Garantir que todos os processos já foram modelados na plataforma PRODOC, e por outro lado, verificar a possibilidade dos que ainda não estão modelados a plataforma permite efetuar essa modelação;
5. Elaborar um manual e documentar todos os processos e atividades sem exceção, de acordo com a modelação efetuada no PRODOC;
6. Escolher a tecnologia informática aplicacional capaz de efetuar a automação do máximo de processos, por forma a não ter várias aplicações para cada atividade ou processo;
7. Escolher a tecnologia de infraestruturas (servidores e afins) para alojar as aplicações e as bases dados.

5.3.8. Desenvolver uma Metodologia de Planeamento, Controlo e Avaliação do Plano de Atividades e Plano Estratégico

Uma metodologia de planeamento, controlo e avaliação anual das atividades é necessária para estabelecer a sequência das atividades, os critérios para o arranque das iniciativas bem como os instrumentos de desenho detalhado de cada iniciativa, os reportes de execução e conclusão e as fichas de monitorização. A avaliação de desempenho organizacional torna-se possível com o desenho e descrição do procedimento anual, com a construção das fichas detalhadas de iniciativa e de monitorização e com o desenho da ficha do relatório periódico de monitorização e desenho da estrutura do relatório de balanço anual.

5.3.9. Automatizar o Sistema de Avaliação de Desempenho dos Colaboradores

Esta iniciativa foi transitada para o ano de 2024.

5.3.10. Realizar o 2º Inquérito do Clima Organizacional

Com o intuito da instituição conhecer qual a satisfação de uma das suas partes interessadas mais importantes, os seus colaboradores, a ARAP realizou em outubro de 2023 o 2º inquérito de clima organizacional, cujos resultados do estudo foram apresentados aos colaboradores no dia 1 de março de 2024 e cujos resultados apresentam melhorias significativas em todos os indicadores em análise.

5.3.11. Conceber e desenvolver uma metodologia de gestão de projetos

Esta iniciativa foi transitada para o ano de 2024.



5.3.12. Garantir a Continuidade da Certificação da ARAP (Auditoria Interna / 2ª Auditoria Externa do Acompanhamento)

Em setembro de 2023, e de acordo com a decisão do Conselho de Administração da ARAP, realizou-se a auditoria interna da qualidade cuja equipa foi constituída apenas por técnicos da instituição, qualificados como auditores internos da qualidade.

No mês seguinte, realizou-se a 2ª auditoria externa de acompanhamento, pela empresa certificadora APCER e cujos resultados determinaram um total de 2 áreas sensíveis e 1 oportunidade de melhoria.

Abaixo seguem os dados comparativos relativos aos três últimos anos.

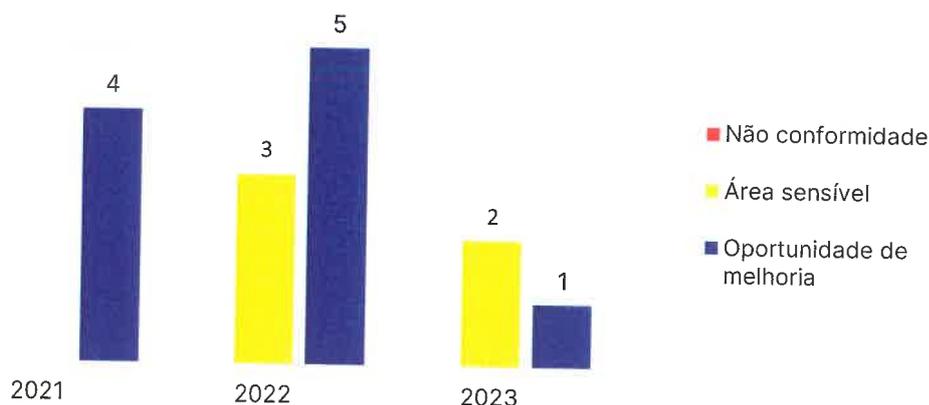


Gráfico 41 - Resultado da Certificação da ARAP

5.3.13. Realizar o Balanço Anual de Desempenho Institucional

A ARAP, por ocasião do mês de dezembro, realiza o seu retiro institucional, momento único de pensar a instituição, de partilha da memória institucional com todos os colaboradores, principalmente os mais novos, um momento de acolhimento e integração e de confraternização. Por razões da agenda, o retiro de Reflexão Estratégica de 2023 só veio a acontecer a 23 de fevereiro de 2024, cumprindo assim o programado no plano de atividades para 2023.

5.3.14. Desenvolvimento de uma Metodologia de Gestão de Parcerias

Esta iniciativa foi transitada para o ano de 2024.



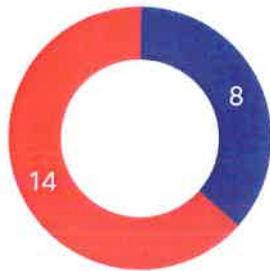
6. Recursos Humanos



1. Infografia dos Recursos Humanos da ARAP

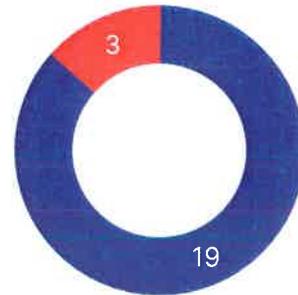
Em relação aos recursos humanos da ARAP, a instituição apresenta uma equipa bastante jovem e igualmente madura. Num universo de 22 colaboradores, 9 tem idade igual ou inferior a 39 anos, correspondente a 41%. Relativamente a paridade, a ARAP apresenta 14 colaboradores femininos e 8 masculinos, distribuídos pelas várias direções orgânicas.

Distribuição dos colaboradores por género



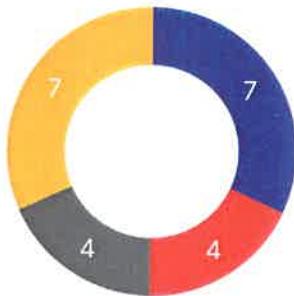
■ Masculino ■ Feminino

Nível de Qualidade



■ Licenciatura ■ 12º Ano

Antiguidade



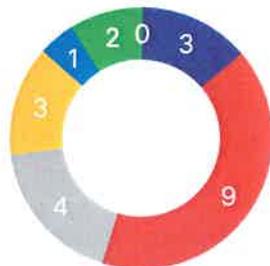
■ 0 - 1 ano ■ 2 - 3 anos ■ 4 - 5 anos ■ > 5 anos

Idade



■ < 30 ■ 30 - 34 anos ■ 35 - 39 anos
 ■ 40 - 44 anos ■ 45 - 49 anos ■ 50 - 54 anos
 ■ 55 - 59 anos

Número de colaboradores por Unidade Orgânica



■ CA ■ DAF ■ DRFA ■ DSAE ■ GCA ■ GCI ■ GCO

Gráfico 42 - Infografia dos Recursos Humanos da ARAP



Regista-se ainda que na ARAP, durante o ano de 2023, 19 dos colaboradores detêm um nível de qualificação ajustado as necessidades da instituição. Verifica-se a aposta da Administração em promover especializações aos colaboradores, possibilitando aos mesmos a aquisição de novas competências e a melhoria contínua na execução das suas atividades.

2. Infografia da formação e da capacitação dos colaboradores da ARAP

Em relação a capacitação dos colaboradores, o CA tem apostado fortemente na formação e capacitação dos seus colaboradores da ARAP, de forma a fortalecer a sua equipa e responder as demandas do Sistema Nacional da Contratação Pública e das áreas suporte.

Foram realizadas 13 ações de formação destinadas a 20 colaboradores, perfazendo uma média de 43,4 horas de formação por colaborador.

Para além das formações técnicas, destacamos a realização de ações de formação que visam a aquisição de competências comportamentais, tais como: Gestão de Prioridades – Transformação Pessoal para a Produtividade; Comunicação Eficaz; E Gestão de Stress com Programação Neurolinguística (PNL) nas Organizações.

A semelhança das formações técnicas, para 2024 deve-se manter a aposta nas ações comportamentais, as ditas soft skills.

Todas ações de formações mereceram a avaliação positiva da satisfação pelos formandos, bem como a avaliação positiva da eficácia, tanto pelo formando como pela chefia.

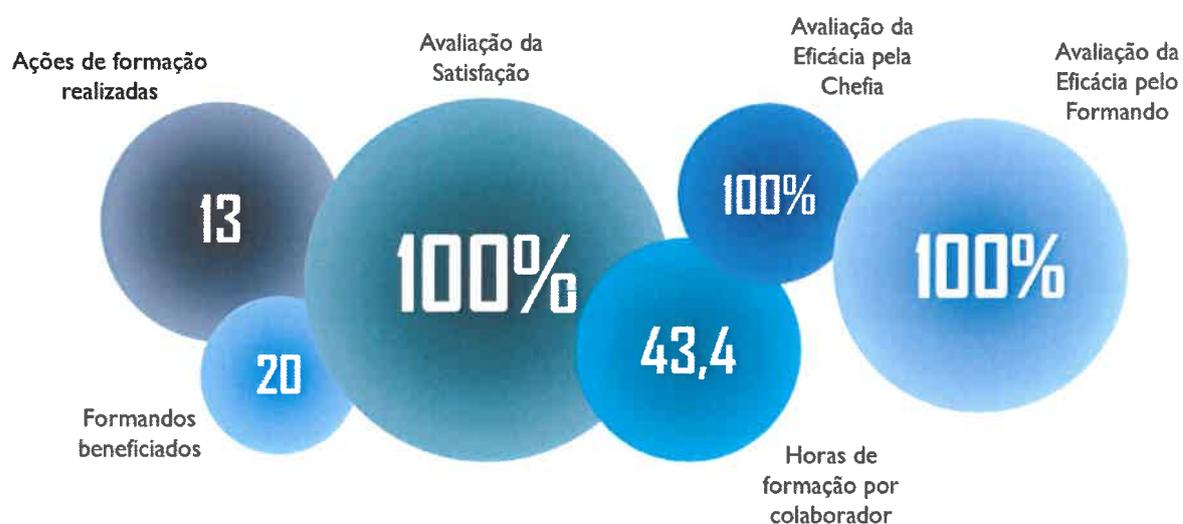


Figura 3 - Infografia da formação e da capacitação aos colaboradores da ARAP



7. Recursos Financeiros



Com vista à melhor compreensão das estimativas apresentadas, divulgam-se os principais pressupostos e critérios utilizados na sua elaboração.

Execução Orçamental

Receitas:

O valor das receitas em 2023 atingiram o montante global de 83.249.868 \$00 com uma taxa de execução de 102% em relação ao valor orçamentado (81.620.946\$00), o valor adicional é o resultado de um desempenho positivo proveniente das receitas próprias. O Estado é o maior financiador das atividades da ARAP com o peso de 48,43% do total das receitas arrecadadas, seguidamente temos receitas próprias que contribui com 42,04% do total das receitas e, na terceira posição temos os parceiros externos com o peso orçamental de 9,52%. A seguir apresenta o quadro resumo das operações financeiras quer do ponto de vista orçamental, quer do ponto de vista da execução financeira.

Tabela 22 - Resumo das operações financeiras quer do ponto de vista orçamental - Receitas

Centro de Custo	Valor do Orçamento	Receitas Arrecadadas	% Execução
40.10.09.91 - Fin. Tesouro	45.550.859	40.322.052	88,52%
40.10.09.91 - Fin. ARAP	27.500.000	34.999.030	127,27%
50.01.01.01.248 - Fin. Donativo Pro-Palop	4.578.384	4.578.384	100,00%
50.01.01.01.323 -Fin. Donativo BAD (E-PAAP)	3.991.703	3.550.402	88,94%
Total	81.620.946	83.449.868	102,24%

Despesas:

Conforme o quadro abaixo apresentado, a execução do orçamento em 2023 atingiu o montante de sessenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e sete escudos, correspondente a 81,67% do valor do orçamento.

Tabela 23 - Resumo das operações financeiras quer do ponto de vista orçamental - Despesas

Centro de Custo	Valor do Orçamento	Despesas Realizadas	% Execução
40.10.09.91- Fin. Tesouro	45.550.859	39.973.332	87,76%
40.10.09.91-Fin. ARAP	27.500.000	20.189.175	73,42%
50.01.01.01.248 -Fin. Donativo Pro-Palop	4.578.384	3.946.240	86,19%
50.01.01.01.323 -Fin. Donativo BAD (E-PAAP)	3.991.703	2.551.130	63,91%
Total	81.620.946	66.659.877	81,67%



8 Considerações Finais



Em 2023 a contratação pública registou a execução de alguns projetos estruturantes nomeadamente, a aprovação da Lei de tramitação eletrónica do procedimento.

A nível regulatório iniciou o processo de socialização das reformas legais para o CCP e RJCA; houve um aumento no número de solicitações por parte dos intervenientes do Sistema Nacional da Contratação Pública e, igualmente houve um aumento das entidades auditadas.

A nível organizacional houve reforço da equipa técnica através da capacitação e do recrutamento de novos colaboradores.

A nível de eficácia do sistema registou-se o primeiro Relatório de Regulação elaborado pela ARAP, bem como o aumento de atividades em parceria para a disseminação de informações ao Sistema Nacional da Contratação Pública.

Em 2023 foram definidas 54 (cinquenta e quatro) iniciativas no Plano de Atividades, para as diversas áreas de intervenção. De realçar que houve um aumento de 39% das iniciativas face a 2022.

Em termos globais, a ARAP registou uma taxa de execução do seu Plano de Atividades em 83%, sendo o resultado atingido por cada um dos Temas Estratégicos apresentado na figura seguinte:

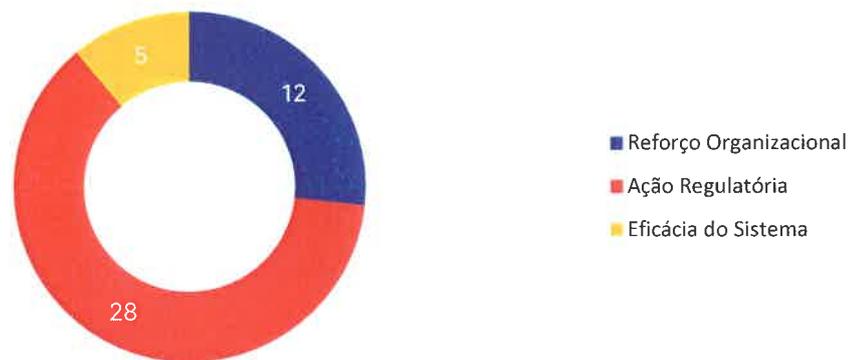


Gráfico 43 - Execução do Plano de Atividade

OBS.: No tema estratégico **Reforço Organizacional**, 3 dos objetivos cumpridos também são comuns com o tema **Ação Regulatória**.





Ver em PDF



Rua Neves Ferreira, nº 05, Cruzeiro (Zona do Ténis), Plateau, Praia, Ilha de Santiago, CP 787 | (+238) 260 04 07 | www.arap.cv | info@arap.gov.cv

